



Gustavo Oliveira Rangel

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS EGRESSOS DOS
CURSOS DO PRONATEC: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA -
CAMPUS PANAMBI (RS)**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2018

Gustavo Oliveira Rangel

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS EGRESSOS CURSOS DO
PRONATEC: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA - *CAMPUS PANAMBI* (RS)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Dall'Agnol Bianchi

Cruz Alta - RS, junho 2018

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS EGRESSOS CURSOS DO
PRONATEC: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA- *CAMPUS PANAMBI (RS)***

Elaborado por

Gustavo Oliveira Rangel

Como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Patrícia Dall'Agnol Bianchi (Orientadora) UNICRUZ

Prof^ª. Dra. Claudia Maria Prudêncio de Mera (Coorientadora) UNICRUZ

Prof^ª. Dra. Sirlei de Lourdes Lauxen (Examinadora interna) UNICRUZ

Prof. Dr. Ivo Elesbão (Examinador externo) UFSM

Cruz Alta - RS, ____ de _____ de 2018.

RESUMO

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS EGRESSOS DOS CURSOS DO PRONATEC: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA-CAMPUS PANAMBI (RS).

Autor: Gustavo Oliveira Rangel
Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Dall'Agnol Bianchi

A pesquisa foi realizada com o intuito de analisar um caso do Instituto Federal Farroupilha do município de Panambi- RS, onde foi estudado os impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, ou seja, analisou-se algumas consequências sociais e econômicas que os cursos trouxeram aos egressos. Com os egressos, público-alvo do programa e os formadores foram aplicados questionários e entrevistas para a coleta de dados. Foram investigadas questões como perfil, atendimento de expectativas dos egressos, empregabilidade, relacionadas a situação da qualidade de vida após o curso e sugestões para melhoria dos cursos. Como complemento os formadores que ministraram as aulas também responderam a um questionário similar onde também foi tratado o tema evasão. A técnica de análise de conteúdo foi o método escolhido para identificar categorias emergentes nas entrevistas. O estudo se propôs a mostrar um panorama mais completo dos já existentes, tentando mostrar que algumas opiniões dos egressos e formadores se assemelham, e também foram evidenciados os resultados mais importantes que impactaram na vida de cada indivíduo. Também pode-se verificar se os objetivos e expectativas do programa estavam em consonância com o dos egressos, ponto importante para que futuras mudanças na gestão do programa podem ser realizadas no *campus* estudado.

Palavras-chave: PRONATEC, socioeconômico, emprego.

ABSTRACT

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS PARA OS EGRESSOS DOS CURSOS DO PRONATEC: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA-CAMPUS PANAMBI (RS).

Author: Gustavo Oliveira Rangel
Advisor: Professor Doctor Patrícia Dall'Agnol Bianchi

The research was carried out with the purpose of analyzing a case of the Farroupilha Federal Institute of the municipality of Panambi-RS, where the socioeconomic impacts of the National Program of Access to Technical Education and Employment - PRONATEC were studied, or better, some social consequences the courses they brought to the graduates. With the graduates, target audience of the program and the trainers were applied questionnaires and interviews for data collection. Issues such as profile, attendance of the expectations of the graduates, employability, related to the quality of life situation after the course and suggestions for improvement of the courses were investigated. As a complement, the trainers who taught the classes also answered a similar questionnaire where the topic of evasion was also discussed. The technique of content analysis was the method chosen to identify emerging categories in the interviews. The study aimed to show a more complete picture of existing ones, trying to show that some opinions of the graduates and teachers are similar, and also showed the most important results that impacted on the life of each individual. It can also be verified that the objectives and expectations of the program were in line with that of the graduates, an important point for future changes in the management of the program can be carried out in the studied campus.

Key words: PRONATEC, socioeconomic, employment.

LISTA DE SIGLAS

CADUNICO	Cadastro Único
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDE	Ministério do Desenvolvimento Econômico
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Transformações econômicas e implicações na formação profissional	35
Quadro 2 - Categorias de análise	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Alunos matriculados e formados	43
Tabela 2 - Grupo de formadores do IFFar- Campus Panambi que ministram/ ministraram aulas no PRONATEC.....	44
Tabela 3 - Cursos ministrados no período 2014-2015 no município de Panambi - RS.....	45
Tabela 4 - Escolaridade dos egressos	52
Tabela 5 - Grupo de formadores do IFFar - Campus Panambi que ministram/ ministraram aulas no PRONATEC.....	52
Tabela 6 - Renda dos egressos no momento da coleta de dados.....	53
Tabela 7 - Tipos de cursos que foram ministradas as aulas	55
Tabela 8 - Meios de conhecimento das ofertas dos cursos do PRONATEC.....	56
Tabela 9 - Sugestões de divulgação dos cursos do PRONATEC	57
Tabela 10 - Sobre o conhecimento de detalhes do programa antes de realizar o PRONATEC ..	57
Tabela 11 - Motivação para realizar o curso do PRONATEC	58
Tabela 12 - Interesse em dar aulas para os cursos do PRONATEC	60
Tabela 13 - Situação do egresso após o encerramento do curso	64
Tabela 14 - Melhora da qualidade de vida do egresso após curso	66
Tabela 15 - Questões relacionadas a melhora da qualidade de vida do egresso após o encerramento do curso segundo os formadores	67
Tabela 16 - Maiores dificuldades de aprendizado enfrentadas pelos egressos	68
Tabela 17 - Crença dos formadores sobre orientação educacional do egresso após a conclusão do curso.....	69

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA	17
2.1 Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)	17
3 O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA	22
4 ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E MUDANÇAS ATUAIS	28
5 MUNDO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO	33
6 CAMINHO METODOLÓGICO.....	39
6.1 O caminho escolhido	39
6.2 Contexto da realização da pesquisa	41
6.3 Tipo de pesquisa e abordagem.....	42
6.4 Sujeitos da pesquisa	42
6.5 Instrumentos e procedimentos de pesquisa	45
6.6 Análise e interpretação dos dados.....	47
6.7 Cuidados éticos.....	49
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	51
7.1 Perfil dos entrevistados	51
7.3 Resultado do programa PRONATEC	64
7.4 Sugestões para o programa PRONATEC.....	71
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	82
ANEXO.....	96

1 INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas do mundo do trabalho, devido ao contínuo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tornam mais prementes a obrigação de elevação da escolaridade e da competência técnica do indivíduo. Diante desse cenário, o Estado tem o relevante trabalho de elaborar e implantar políticas públicas orientadas à expansão de oportunidades de acesso à educação e ao trabalho, de modo a impulsionar os processos de inovação tecnológica, favorecendo o desenvolvimento da economia, permitindo melhores cenários para inclusão profissional e de remuneração do trabalho.

Das oportunidades de qualificação técnica ofertada pelo governo federal, nas mais diversas áreas de formação e localidades e da colocação dos sujeitos no mercado de trabalho, decorrem duas situações. Uma delas refere-se à capacitação profissional, que teoricamente, facilitaria a obtenção de emprego por parte de cada indivíduo, desde que a política pública de trabalho e renda tenha o objetivo de formar não apenas um profissional, mas um ser humano crítico. A outra diz respeito a dificuldade de colocação/recolocação dessas pessoas no mercado de trabalho, pois a qualidade da educação fornecida pelas instituições influencia diretamente no posto de trabalho que cada sujeito pretende alcançar (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2012).

Um dos pontos deficientes que impede o oferecimento de uma educação mais completa é uma educação integral, onde seja oferecida maior emancipação ao indivíduo e onde os obstáculos do ensino médio sejam enfrentados de melhor maneira. A educação de nível médio no Brasil está estagnada, tanto em quantidade, pois a demanda nunca é plenamente atingida, quanto em qualidade, pois os parâmetros de educação recebidos pelos alunos dificilmente apresentam critérios claros, dificultando uma fiscalização dos resultados que realmente são produzidos. Assim, com a falta de preparo educacional, acaba ocorrendo o entendimento de que o Brasil não está educando indivíduos com as aptidões fundamentais mínimas para a prática da cidadania e para uma introdução favorável no mercado de trabalho (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2012).

Partindo deste ponto de vista de que existem manifestações recorrentes dos empregadores quanto à qualidade da mão de obra do trabalhador, é importante também salientar a falta de trabalhadores. Um exemplo da carência de mão de obra qualificada, é que essa gera uma limitação que deveria ser revelada por uma alteração nos salários relativos (comparação entre o salário de quem tem mão de obra qualificada, com os de

quem não tem esse tipo de mão de obra), com um aumento de valor mais marcante conforme a qualificação cresce (SCHWARTZMAN; CASTRO, 2012).

Em pesquisa realizada em 2013 pela Fundação Dom Cabral sobre os principais desafios das empresas na contratação de mão de obra especializada destacam-se duas questões desafiadoras: a escassez de profissionais capacitados e a deficiência na formação básica; ambas são os principais motivos da dificuldade na contratação. Com isso, 60% das empresas têm diminuído as exigências para contratação de cargos de nível técnico, sendo a experiência a característica mais flexibilizada; e 91% das empresas apresentam dificuldades em contratar profissionais (FDC, 2013). Tais dados apresentados comprovam a histórica deficiência na educação básica do ensino.

Entre as políticas públicas ofertadas pelo governo federal na área de ensino e emprego, encontra-se o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011 (BRASIL, 2011). Essa iniciativa visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica brasileira, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público no país. Desse modo, o programa PRONATEC proporcionou aos cidadãos habilidades técnicas que aumentam as suas chances de inserção no mercado de trabalho. De acordo com França:

Um dos grandes dilemas da educação no Brasil é sua democratização no que tange à universalização de vagas em seus níveis e modalidades, e requer, além do acesso, a permanência com qualidade. Tal problemática não está equacionada pelo seu financiamento, e não prima por um padrão de qualidade social; por controle centralizado do planejamento educacional; pela implementação da gestão colegiada; pela participação dos sujeitos envolvidos na educação nas decisões e, ainda, pela cultura da continuidade de programas educacionais nos governos que se sucedem (FRANÇA, 2010, p. 21).

Dentro do contexto do PRONATEC, espera-se que os alunos frequentem cursos de qualidade onde, além da aprendizagem prática e de reflexão sobre o mundo do trabalho consigam ao concluir os mesmos, uma colocação no mercado de trabalho. Entretanto essa conquista esperada nem sempre é alcançada e seus resultados servem de ponto de partida para análises que podem ser realizadas. Outro assunto, que pode servir de base para uma análise conjunta com outros índices do programa, são dos investimentos realizados até agora, para que assim se possa melhor visualizar os resultados produzidos para a sociedade.

Nesse cenário estão os objetivos do PRONATEC, que nem sempre são

alcançados. Cita-se como exemplo, o trabalho de dissertação de Flávio Eliziário de Souza, da Fundação Universidade Federal do Tocantins, que foi realizado no ano de 2015 e teve como título “Educação profissional e tecnológica: análise do PRONATEC no campus de Paraíso do Tocantins do IFTO”. Alguns dados destacaram-se: 47% dos egressos que realizaram os cursos PRONATEC não notaram melhora das condições para colocação no mercado de trabalho, podendo-se deduzir que esses egressos não evoluíram nos seus conhecimentos a ponto de conseguirem emprego, ou seja, continuaram desempregados ou não foram promovidos (DE SOUZA, 2015).

Outra questão destacada no estudo é que 89% dos egressos que concluíram os cursos ocupavam posições no trabalho fora das áreas dos cursos que realizaram e desse total que estava empregado 42% não possuía carteira assinada, além disso, apenas 22% responderam que o PRONATEC fez diferença no processo da obtenção do emprego buscado (DE SOUZA, 2015).

Em relação à parte qualitativa, no que tange à frustração e desemprego, a maioria dos egressos acreditou que estaria empregado ao final do curso, o que não se concretizou. Isso mostra que esses egressos tiveram suas expectativas frustradas. A investigação realizada mostrou que o resultado pode ter sido causado pela não assimilação dos conteúdos ministrados, carga horária insuficiente e didática ineficiente aplicada por alguns professores (DE SOUZA, 2015).

No ano de 2016, o PRONATEC recebeu investimentos de R\$ 114 milhões de reais do governo federal. Esse montante foi destinado à manutenção do programa Bolsa-Formação, expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Rede e- Tec Brasil, de ensino a distância. Do total liberado, R\$ 28 milhões foram destinados às redes públicas de educação profissional e tecnológica, da qual faz parte os Institutos Federais. Entidades do Sistema S receberam R\$ 50 milhões. Outras 449 instituições particulares, participantes do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) ficaram com R\$ 36 milhões. (BRASIL, 2017).

Dentro da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, está o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, que é composto por 11 *campi*. O campus estudado localiza-se no estado do Rio Grande do Sul e constituiu-se foco do estudo e campo rico para estudo da relação ensino profissionalizante-PRONATEC- emprego. Além disso, a unidade de Panambi possui forte vínculo com a geração de trabalho e renda, já que há diversas indústrias instaladas no município, onde

se destaca a área metalmeccânica responsável pelo preenchimento de diversas vagas de trabalho, que movimenta a economia da região e agrega receitas para o comércio, serviços e para as famílias diretamente envolvidas.

O campus Panambi compreende o espaço empírico da pesquisa, onde egressos e formadores responderam principalmente questionários entregues pessoalmente ou enviados por e-mail. A instituição em análise está instalada em área estratégica para desenvolvimento da região e possui como objetivos desenvolver ações de extensão que tenham vínculo com o mundo do trabalho e com os atores sociais, além disso, incentivar e colaborar com processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à autonomia do indivíduo na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (ASCOM, 2015).

No campus estudado todos os cursos oferecidos atualmente foram definidos por meio de audiências públicas com objetivo de atender as demandas locais e regionais da sociedade, assim como redirecionar seus cursos a partir de novas demandas levantadas. No decorrer dos anos, a instituição vem trabalhando para consolidar-se como modelo em educação profissional, por meio da proximidade com a comunidade, ofertando cursos que possam fomentar o bem-estar das pessoas, bem como o crescimento local (ASCOM, 2015).

O programa PRONATEC na unidade está sob a Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção e entre os participantes dos grupos preferenciais que o IFFar atende estão: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores em situação de vulnerabilidade social; beneficiários dos programas federais de transferência de renda como o Bolsa-Família e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

Outra ação que a Diretoria referida tem o compromisso de administrar é o MedioTec, ação do PRONATEC/Bolsa-Formação, que visa a oferta de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio (cursos em que o aluno cursa as disciplinas do curso técnico no IFFAr e o ensino médio em outra escola), para alunos regularmente matriculados nas redes públicas de educação. A oferta é realizada no contra turno em que o aluno estuda e essa prática tem como um dos principais intuitos habilitar a introdução desses no mundo do trabalho e renda. Ressalta-se que as atividades desses cursos ainda não foram iniciadas no campus Panambi. Esse programa está melhor detalhado no capítulo que trata do ensino técnico e mudanças atuais (BRASIL, 2017).

Sobre esse panorama, o presente estudo em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social apresenta como tema da pesquisa: “Os impactos sociais e econômicos dos cursos do PRONATEC do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha do *campus* Panambi (RS)”.

Sobre o contexto sociedade-emprego, as práticas socioculturais da sociedade civil têm papel fundamental, para que em conjunto com programas de qualificação profissional, comunidades da região possam atingir uma melhor qualidade de vida fazendo com que as oportunidades ao cidadão e as legislações pertinentes se transformem em resultados práticos para o desenvolvimento da cidade em que está inserido o programa. Considerando a importância social que existe do trabalho e da educação em relação ao público-alvo do PRONATEC, que são os jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, surge o interesse em pesquisar um tema que abrangesse a vida de muitos brasileiros e impactasse diretamente nas condições sociais e econômicas de cada um. Dentro desse cenário, foi analisada a representação social e econômica que teve o curso para cada egresso.

A motivação para explorar o tema ensino profissionalizante e emprego decorre das experiências constatadas no dia a dia profissional do autor do presente trabalho, que atua no setor de estágios do IFFar Panambi, evidenciando a preocupação da prática profissional pelos estudantes que cursam o ensino técnico integrado de nível médio ou cursos técnicos subsequentes e que buscam estágios nas formas obrigatória e não obrigatória nas empresas conveniadas com o IFFar.

Em relação à relevância acadêmica, o trabalho pretende trazer novas informações sobre problemas que podem ser aprofundados. Por meio da pesquisa se pretende também confirmar realidades já demonstradas em outras pesquisas apontando sugestões de melhoria.

Fez parte da pesquisa duas categorias de sujeitos: egressos (grupo principal da análise) e também formadores que ministraram aulas para os cursos do programa, fornecendo maior consistência para a análise de dados. Nesse cenário que atualmente não se caracteriza pela estabilidade de ações e investimentos do governo federal, tanto por razões políticas quanto por razões econômicas, a gestão de políticas públicas torna-se uma tarefa mais árdua, pois a demanda por profissionais capacitados sempre existe. Portanto, a verificação de novas maneiras para superar obstáculos que venham a surgir no caminho das relações entre o meio acadêmico, as organizações e seus empregados, é de vital importância, já que os resultados afetam diretamente tanto discentes quanto

formadores desses programas.

A Rede Federal que cobre todo o território nacional presta um serviço à nação, ao dar continuidade à missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. A instituição é um dos locais onde a qualidade técnica e estrutural de cursos técnicos deve ser fomentada com o auxílio da sociedade e de órgãos governamentais. (PACHECO, 2010).

Em suma, como toda política pública, o PRONATEC tem seus pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças. Dentro desse panorama, o seguinte questionamento foi formulado na proposta para a presente pesquisa: “Quais os impactos socioeconômicos para os egressos e formadores do programa PRONATEC?”

Para responder o problema apresentado objetivou-se analisar os impactos socioeconômicos do PRONATEC para os egressos e formadores dos cursos e, mais especificamente, verificou-se as motivações e expectativas que fizeram o egresso buscar o PRONATEC para qualificação profissional; comparou-se as expectativas e os objetivos dos egressos e formadores do IFFAR *campus* Panambi com as expectativas e os objetivos do programa PRONATEC; foi também verificado o que foi gerado pelos cursos do PRONATEC, tanto socialmente quanto economicamente, aos egressos do IFFAR *campus* Panambi e também foi analisada a avaliação dos egressos do IFFAR *campus* Panambi quanto à realização das atividades do curso realizado.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo realizou-se uma exposição dos programas de qualificação técnica no Brasil, quanto aos aspectos social e econômico, considerando que o ensino técnico no país tem 102 anos de existência. No segundo capítulo histórico dos programas de qualificação técnica. No terceiro capítulo foi apresentada uma análise do ensino técnico nacional e mudanças atuais. Por último no quarto capítulo abordou-se sobre o mundo do trabalho e o mercado de trabalho.

Epistemologicamente, o que sustentou as investigações foram autores com trabalhos na área de educação profissional e tecnológica, sendo os principais: Maria Ciavatta (2005, 2011) Marise Ramos (2011), Gaudêncio Frigotto (2005) e Dante Henrique Moura (2007, 2017). Também serão explicitados teoricamente na investigação, temas como a empregabilidade, considerações de professores e empresários sobre o PRONATEC, importância que o egresso atribui ao programa e a possível influência do programa na preparação dos alunos para o mercado de trabalho.

Para descrever sobre a história e o panorama do PRONATEC, de situações do passado até previsões para o futuro dos Institutos Federais, será utilizado como referência Eliezer Pacheco (2010), ex-secretário do SETEC/ MEC.

Para complementar, foram explanados temas como o mundo de trabalho e mercado do trabalho por meio dos autores como Marcio Pochmann (1998, 2017) e José Pastore (2014, 2017). Por fim, haverá uso de documentos internos da instituição, sites governamentais e legislação federal que auxiliarão no embasamento do trabalho.

No capítulo posterior abordou-se todas as questões relacionadas à metodologia da pesquisa. Primeiramente foi realizada uma abordagem geral sobre a execução do trajeto percorrido, após haverá descrição do tipo e a abordagem da pesquisa, contexto e população/amostra da pesquisa, instrumentos e procedimentos de pesquisa e por último revelada a análise e interpretação dos dados e os devidos cuidados éticos considerados.

Por fim nas considerações finais, após a exposição da realidade encontrada, serão oferecidas propostas no campo socioeconômico, que poderão contribuir para o desenvolvimento do programa e que terão como base principalmente as respostas dos questionários respondidos pelos egressos e pelos formadores, juntamente com as teorias descritas na pesquisa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO E RENDA

Programas relacionados a emprego e renda buscam capacitar indivíduos e gerar frutos sociais e econômicos para essas pessoas. Cada programa tem seus objetivos e vantagens e desvantagens, alguns desses pontos serão mostrados a seguir.

2.1 Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)

Desde a década de 90, o Brasil vem tentando desenvolver programas para aperfeiçoamento profissional. Essa inserção ocorreu principalmente por meio da habilitação profissional, pessoas num contexto de empregabilidade, aumentar o nível de competitividade no mercado de trabalho, assim podendo suprir rápidas e constantes necessidades do mercado de trabalho, o que, por consequência, diminuiria os índices de desemprego.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), programa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), criado em 1995, foi inserido como política pública que teve o objetivo de ofertar permanentemente a educação profissional aos brasileiros. Favoreceu também a diminuição do desemprego da população economicamente ativa (PEA) e aumentou a competitividade do setor de ensino profissionalizante. Assim foi a tentativa de alcançar a sustentabilidade da economia (DO CARMO, 2003).

Como em algumas políticas públicas, durante o funcionamento do PLANFOR, a maioria das críticas estava voltada ao modo de distribuição das ações aos responsáveis do programa. Além disso, outras reprovações vinham em razão do tipo de capacitação ministrada, não integrada a educação básica e por fim, a sua efetividade social, em questões relacionadas a renda (DO CARMO, 2003).

Um aspecto positivo era a descentralização do programa, cada estado tinha seu respectivo plano de ação que aprovava os cursos conforme as demandas de cada município, entretanto a falta de integração entre ensino técnico e básico era uma crítica recorrente. Esse descrédito em relação a última avaliação, existe até hoje com o PRONATEC, apesar do mesmo ter o objetivo de viabilizar a educação integral do ser humano mediante a capacitação profissional e cidadã, por isso a importância da preparação do indivíduo para a técnica do trabalho e do mesmo modo para o processo de transformação de ambientes onde estiverem inseridos. Nesse sistema de formação

mais completa, a presente pesquisa constatou alguns progressos e limitações, que serão abordadas no capítulo da análise e interpretação de dados e mundo do trabalho e mercado de trabalho (DO CARMO, 2003).

2.2 Programa de Qualificação Profissional (PNQ)

Em 2003, em substituição ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) do governo FHC, foi implantado no governo Lula, o Programa de Qualificação Profissional (PNQ), último programa de aperfeiçoamento criado pelo governo federal, finalizado em 2007.

Segundo o site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

O PNQ é uma política pública de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, que promove gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidade de trabalho e renda, inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações (MTE, 2018).

O programa além de ofertar a educação profissional com intenção de acelerar a entrada dos envolvidos no mercado de trabalho também tinha forte cunho social, pois além da preparação técnica tinha a intenção de contribuir para a formação intelectual, cultural e cidadã dos trabalhadores brasileiros.

Comparado ao PLANFOR, esse projeto não sofreu consideráveis modificações e foi estruturado a longo prazo, para que pudesse trazer mudanças concretas para a sociedade brasileira. Caracterizou-se por ser um ato político do governo federal, no sentido de compreender a qualificação profissional como direito e também como política pública e parte integrante do desenvolvimento nacional (PEIXOTO, 2008).

Um das dificuldades de se evoluir nas políticas públicas, em governos que se sucedem, são as disputas políticas, que fazem com que programas que estejam no caminho certo, sofram com cortes orçamentários ou modificações que prejudiquem o seu bom andamento. A questão é de qual seria a melhor maneira da sociedade cobrar a efetividade dos resultados planejados e sua avaliação periódica dos responsáveis por esse tipo de programa. O PNQ dispunha de um sistema integrado de planejamento, monitoramento e avaliação (SPMA) envolvendo um processo permanente de acompanhamento de ações iniciadas na elaboração participativa do plano territorial e na

demanda das entidades pré-selecionadas para execução de projetos especiais de qualificação (MTE, 2003).

Na época da criação do PNQ, a qualificação social e técnica era entendida como direito, como uma situação necessária para a oferta de um trabalho razoável, que oferecesse uma segurança aos participantes do programa. O conceito de capacitação referido era aquele que permitia a colocação e o exercício dos indivíduos no mundo do trabalho, impactando efetivamente na vida pessoal e profissional das pessoas (MTE, 2003).

2.3 Progredir

A política pública mais atual do Governo Federal em relação a trabalho e renda é o programa Progredir, implantada em 2017 e que atendeu as populações menos favorecidas. Esse programa se dispôs a viabilizar a emancipação de cada sujeito por intermédio do emprego e renda produzidos pelas pessoas registradas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal. As ações do plano acontecem mediante o oferecimento de qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e encaminhamento ao mercado de trabalho, com a intenção de contribuir para o fortalecimento das habilidades individuais e produzir emancipação social e econômica (MDS, 2018).

O Cadastro Único, desde 2003, utilizado para a inscrição de indivíduos em Programas Sociais do Governo Federal, é o sistema que armazena informações sobre as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica de parte da população. Nesse sistema são armazenados desde escolaridade até a situação de trabalho e renda desses sujeitos, entre outras. A análise desse registro é essencial para a concessão de programas como o Bolsa Família, sendo meio de ingresso em diversas políticas públicas que o governo oferece (MDS, 2018).

Essas famílias que vivem em situação de pobreza possuem carências e visualizam o programa como oportunidade de aperfeiçoamento técnico e auxílio financeiro para que possam adquirir uma melhor qualidade de vida. Sobre a administração do programa, a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) mediante parcerias públicas e privadas, faz a gestão do Progredir, atuando de forma conjunta e integrada com base em três estruturas: intermediação de mão- de- obra, qualificação profissional e empreendedorismo (MDS,

2018).

Um exemplo de intermediação de mão de obra é realizado por meio de site específico, local onde é possível elaborar currículos e realiza-se o direcionamento dos interesses dos alunos com a demanda das empresas parceiras, ou seja, é feita uma tentativa de conciliação dos interesses desses com a demanda das empresas parceiras. Nesse caminho a oferta de qualificação profissional, se dará por meio de curso da modalidade Pronatec Oferta Voluntária, que oferta cursos FIC (formação inicial e continuada) e cursos técnicos subsequentes. Um detalhe importante destaca-se, o projeto chama-se voluntário pelo motivo das empresas ofertarem os cursos sem receberem nenhum recurso do MEC para a administração desses. Em relação à prioridade na seleção dos interessados, é a mesma que ocorre para os cursos Pronatec regulares, nos quais são dados preferência aos estudantes de ensino médio de escolas públicas e a grupos em situação de vulnerabilidade social (MDS, 2018).

Outra ação que integra a iniciativa do Progredir é o programa de promoção do acesso ao mundo do trabalho (Acessuas Trabalho), que busca incluir as famílias nesse contexto, incentivando a sua independência. Essa iniciativa, prorrogada até 2018, mediante facilidades oferecidas para formalização do trabalho, economia solidária (ex: cooperativas) e outras ações busca a emancipação dos cidadãos.

O Acessuas Trabalho engloba as seguintes ações:

Promoção de estratégias, ações e medidas para enfrentar a pobreza, por meio de identificação e sensibilização de usuários; desenvolvimento de habilidades e orientação para os usuários; acesso a oportunidades por meio do encaminhamento de usuários; monitoramento do percurso dos usuários no acesso ao mundo do trabalho; articulação com outros programas e serviços da assistência social e de demais áreas, como saúde, educação e trabalho; acompanhar usuários que ingressem no mundo do trabalho, dentre outras ações (MDS, 2018)

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS TRABALHO), proposto, estabelece, conforme a Resolução CNAS nº 33/2011, que a promoção da integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho (BRASIL, 2011).

Segundo essa política instituída pelo Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução Nº 18, de 24 de maio de 2012, o Programa propõe o

desenvolvimento de ações de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e, ou risco social para garantia do direito de cidadania a inclusão ao mundo do trabalho, por meio, do acesso a cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra. Incluem ainda, ações de articulação com outras políticas públicas para superação das vulnerabilidades sociais.

3 O ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA

Historicamente, a educação brasileira sempre foi relacionada com a dualidade, por isso o dever de se estruturar um projeto de ensino médio que enfrente e ultrapasse a dualidade entre formação específica e formação geral e mude o ponto central dos seus propósitos do mercado de trabalho para o mundo do trabalho, onde não apenas aspectos econômicos prevaleçam, mas também a formação humanística, laborativa, cultural e profissional-científica, que vai ao encontro das vontades dos trabalhadores, sendo de suma importância que se cumpra. (CIAVATTA; RAMOS, 2011).

Apesar de Ciavatta e Ramos (2011) referirem-se ao ensino médio, em relação à dualidade do ensino profissional em geral, a separação entre habilidades gerais/específicas é um campo constante de debates entre o meio acadêmico e o meio empresarial. O mercado de trabalho dá prioridade a questões específicas relacionadas ao campo econômico, as quais têm relação direta com os indivíduos. Já alguns teóricos defendem outros meios de participação dos atores no sistema do ensino profissional, ou seja, uma ação que proporcione uma formação mais completa, em que não sejam consideradas apenas as questões meramente profissionais, mas também humanas, sociais e culturais.

Evidenciando os Institutos Federais, que é campo de estudo da investigação, destaca-se que nessas instituições de ensino, ao menos 50% da oferta de ensino técnico deve ser realizada sob a forma integrada, ou seja, em conjunto com o ensino médio. Uma solução de maior amplitude poderia ser a viabilização de uma real integração da educação básica com o ensino profissional, na busca de entendimentos convergentes entre as partes governamentais e empresariais do país, onde estejam incluídos os conceitos de ciência, tecnologia, trabalho e a cultura, fomentando assim a politécnica (MOURA, 2007).

A formação politécnica se daria de forma intelectual, física e tecnológica, o que sugere que o conceito de politécnica pode abarcar a ideia de formação humana integral (MOURA; FILHO; SILVA, 2015), desde que seja aplicada em conjunto com políticas sérias e de acordo com o contexto que realmente esteja sendo vivenciado.

O estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil ocorreu em 1909, quando o governo Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices. A educação na época era destinada ao que o governo chamava de “desafortunados”, que eram jovens carentes, pois a indústria necessitava de

poucos profissionais qualificados devido ao ritmo lento da sua indústria (BRASIL, 2014).

Na década de 30, o desenvolvimento industrial manifestou-se com mais força, pois com a promulgação da Constituição Federal de 1937, a educação profissionalizante tornou-se a possibilidade para um plano evolutivo na área da economia e como uma razão para possibilitar condições mais satisfatórias de vida aos trabalhadores. Nessa época, no governo de Getúlio Vargas, como suporte para o crescimento da economia foram criados os Liceus, que substituíram as Escolas de Aprendizes Artífices, e logo após, no início da década de 40, o ensino profissional foi equiparado ao ensino de nível médio, o que trouxe uma grande mudança ao cenário da educação brasileira (BRASIL, 2014).

Nesse período, o cenário do ensino técnico e emprego foi sendo alterado, onde diversas modificações se sucederam. Da mesma forma, a legislação do ensino profissional foi sendo estruturada de forma a auxiliar a economia e os trabalhadores que estavam ávidos por uma melhor qualidade de vida.

Na década de 50, a modificação de contexto de vínculo entre as políticas de formação profissional e o quadro socioeconômico do país, aconteceu no mesmo período da passagem de um país agrário, que era, até então, para um referencial do Brasil como economia global, para país de economia industrial. A partir daí, a indústria nacional passou a ser o centro da economia brasileira (PEREIRA, 2003).

Nos anos 60, por meio da promulgação da LDB (Lei de diretrizes e bases da educação nacional), o ensino técnico adquiriu nova posição no estado brasileiro. A partir desse período houve a significativa mudança de educação técnica profissional destinada aos pobres e necessitados para um patamar de crescimento econômico e importante alicerce em países industrializados (BRASIL, 2014).

Após esse período, com a velocidade de desenvolvimento da economia, nos anos 1970, a oferta de ensino técnico e profissional foi substancial. Nesse período, foram criados os três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), que tinham o intuito de formar engenheiros de operação e tecnólogos (BRASIL, 2014).

Até a década de 80, a formação profissional estava limitada ao treinamento dos indivíduos para a produção em série e padronizada. A partir de então, as novas formas de disposição do contexto ensino técnico/ empregos foram modificados, produzindo uma nova estrutura para o mundo do trabalho. Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à

produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas (BRASIL, 2014).

Passou-se, assim, a requerer sólida base de educação geral, tanto básica como técnica para todos os trabalhadores. Além disso, também houve exigências no sentido de aperfeiçoamento constante do ensino profissional devido a dinâmica que o mercado desenvolvia. Já no século XXI, mais especificamente partir de 2002, no governo Lula, foi dada continuidade à política curricular do governo anterior, por meio Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e para a Educação Profissional, marcada pelo individualismo e pela formação de competências voltadas para a empregabilidade. Reforça-se, assim, o caráter neoliberal da educação, orientado para as diretrizes do mercado. A formação humanística novamente fica em segundo plano, sendo o indivíduo transformando em um mero “instrumento” voltado para o trabalho, sem o poder crítico de mudar uma realidade (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005).

Nesse período o foco do ensino técnico, mesmo com a mudança de governo, continuou sendo formar profissionais com habilidades para apenas ocupar cargos/funções nas empresas, sendo que o posicionamento crítico do sujeito não era valorizado pelos empregadores. Desse modo, o trabalho das questões técnicas e econômicas mostrou-se como prioridade ante as humanas e sociais, o que corroborou com a legislação existente, que já caminhava nesse sentido (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005).

O foco em trabalhar o indivíduo como mera ferramenta de preenchimento de postos de trabalho continua sendo um dos principais objetivos das políticas públicas na área de emprego e renda no Brasil. A formação humanística, na busca da formação de um ser crítico, autônomo e que se posiciona perante situações cotidianas do trabalho e do seu meio social, recebe pouca consideração por parte das empresas, pois no mercado de trabalho existem “regras”, que dificilmente admitem flexibilidade para negociação entre o empregador e o empregado. As forças corporativas acabam se sobrepondo aos interesses de um grupo de empregados, nesse cenário as políticas e interesses da empresa na maioria das vezes ficam em vantagem na comparação com as expectativas dos trabalhadores (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005).

Na lei federal nº 9394/96, lei de diretrizes e bases da educação nacional, no artigo 39, a educação profissional apresenta-se da seguinte maneira:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos

objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino (BRASIL, 1996).

O referido artigo foi criado tendo como um dos seus objetivos, incentivar o indivíduo no desenvolvimento de competências para a vida relacionada ao mercado de trabalho. Salientou-se também que nesse processo o trabalho, a ciência e a tecnologia devem estar sempre integrados.

A partir de 2016, as instituições ofertantes do PRONATEC começaram a estruturar os seus cursos profissionalizantes por meio de itinerários formativos, desde então pode-se aproveitar os saberes adquiridos para uma próxima etapa de formação (técnica ou de nível superior), o que acaba diminuindo o tempo de estudo de cada aluno, pois disciplinas de um nível podem ser aproveitadas em outro. Exemplificando: um aluno egresso do curso de qualificação profissional- operador de máquinas, ao optar por cursar técnico em mecatrônica, poderá ter parte dos seus estudos aproveitados, facilitando a continuidade dos mesmos, o mesmo valendo para quem for para terceira e última etapa do ciclo, que é o da graduação. Desse modo, pode-se entender que foi ampliada a oportunidade para que jovens e trabalhadores dessem continuidade em sua trajetória de formação profissional (BRASIL, 2017).

O processo do itinerário formativo merece reflexão e análise referente ao modo de desenvolvimento desse sistema na prática. A avaliação desse ponto do programa, que engloba várias partes de uma estrutura educacional deve ser bem criteriosa, pois se mal realizada não atingirá o objetivo de formação profissional dos jovens, que são o principal público alvo do programa. Outro ponto de reflexão é a questão do investimento no programa, onde o devido capital aplicado deve estar aliado à política, que deveria ser de Estado, e não somente de governo, ou seja, contínua e não instável, desse modo o programa PRONATEC poderia se tornar mais sólido economicamente.

Sobre os cursos do PRONATEC, é muito importante que as demandas locais estejam alinhadas a uma estrutura de qualidade, com bons corpos técnicos/ formadores e fortes estruturas físicas. Assim, o foco do programa, que são os egressos, não teriam maiores dificuldades para enfrentar o dinamismo do mercado, alcançando uma maior efetividade em relação ao ensino/emprego. Portanto é muito importante que o governo dê prioridade para que os discentes recebam um ensino de qualidade, e no momento de

colocação no mercado, estejam técnica e humanisticamente capacitados, ou seja, integralmente preparados.

Sobre os princípios da educação, a lei 9394, artigo 3º, diz: “O ensino será ministrado com base em princípios abaixo, dos quais se destacam dois: “[...] IX - garantia de padrão de qualidade e XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais [...]” (BRASIL, 1996).

Assim, pode-se depreender do inciso IX, que o ensino deve oferecer um modelo com características qualitativas claras, oferecendo segurança ao aluno em um curso com parâmetros de qualidade, que trariam boa aceitação no mundo do trabalho. Um dos caminhos para criar um padrão de qualidade poderia ser o debate periódico entre os envolvidos: sociedade, instituições de ensino e Estado. Dessa forma, a área de ensino técnico e emprego ganharia força, aumentando as chances de alavancar o desenvolvimento e crescimento do País (BRASIL, 1996).

Em relação ao inciso XI, a lei expõe que o objetivo maior é a integração entre a escola, o trabalho e as práticas sociais. Antes de refletir sobre a questão da associação entre as três partes, a busca do alinhamento desses interesses entre os envolvidos pode ser considerada um dos maiores desafios para o alcance do sucesso do ensino profissional no Brasil. Tratando-se de ensino profissional, a busca para que o indivíduo entre no mundo do trabalho com uma formação mais completa em sala de aula, que abranja o aprendizado conjunto das partes humana e técnica das disciplinas, é outra questão a ser trabalhada. Sem debates entre a sociedade civil, empresas e entes governamentais a tendência é que os egressos desses cursos técnicos acabem se sujeitando as “regras do mercado” ditadas pelas organizações, que acima de tudo buscam o lucro, tendo os alunos pouca influência sobre esse interesse da parte empresarial.

Recorrendo as últimas mudanças ocorridas no ensino técnico do Brasil, apresenta-se o Mediotec que é uma iniciativa do Ministério da Educação que objetiva melhorar e ampliar a oferta de oportunidades gratuitas em cursos técnicos concomitantes para alunos regularmente matriculados no ensino médio nas redes públicas de educação, por meio do PRONATEC. Seu maior objetivo é fortalecer e ampliar as propostas de educação profissional técnica de nível médio articulada com as redes públicas de educação e com o setor produtivo, de modo que os alunos cursem o ensino técnico no turno inverso ao do ensino regular (MEC, 2017).

Por meio dessa conceituação, pode-se dizer que o ensino profissional volta com

a ideia anterior, do período do Governo Fernando Henrique Cardoso, quando ainda não tinha sido implantado o ensino técnico integrado no sistema educativo do Brasil. Uma das reflexões que cabe nesse sentido é se essa mudança ocorreu por questões técnicas e por demandas exigidas pelos seus envolvidos ou por questões políticas, que muitas vezes desconsideraram o cenário atual vivenciado.

Outros detalhes que também merecem ser melhores pesquisados são os seguintes: o modo que serão realizadas as projeções de crescimento econômico e social e as necessidades de profissionais qualificados para o mundo do trabalho na região demandante do curso, pois estes critérios serão a base para distribuição dos cursos oferecidos por cada instituição. Outra questão é a revisão da duração dos cursos técnicos no Mediotec, que compreendem somente os dois últimos anos do ensino médio e não três anos como os cursos integrados que o IFFAR já oferece. Além disso, os critérios para a seleção dos estudantes devem ter parâmetros previamente definidos e claros, pois para análise de questões sociodemográficas como bairro, cidade e região e da meritocracia, a atenção em relação aos detalhes é primordial para que o programa possa assegurar os seus compromissos. (MEC, 2017).

Por último, um ponto fundamental para o desenvolvimento do programa são os índices de evasão apresentados pelo PRONATEC, pois o programa apresenta altos índices de evasão. A questão dos alunos desistentes, que por várias razões optam por não continuar cursando o curso escolhido, são razões que serão explicadas em capítulo próprio no decorrer do estudo. No caso do Mediotec, nova ação do PRONATEC, a instituição ofertante terá a obrigação de acompanhar pelo prazo de até 12 meses a inserção socio-profissional e a analisar a progressão da formação educacional dos concluintes, o que deve ser considerada uma ação muito benéfica no combate da evasão do programa. Por outro lado, uma questão que pode dificultar essa orientação, é que a parte demandante e a parte ofertante do curso ofertado deverão fazer esse trabalho, o que exigirá uma sinergia na prática do combate à evasão, problema histórico e de difícil solução (MEC, 2017).

4 ENSINO TÉCNICO NO BRASIL E MUDANÇAS ATUAIS

A respeito da importância das políticas públicas relacionadas ao ensino técnico e emprego é notório que essas refletem nas condições sociais, econômicas e políticas dos sujeitos que estão incluídos no contexto do ensino profissional. Entretanto, questionam-se os resultados realizados pela administração de diferentes governos. Um exemplo a se considerar foi a desvinculação entre o ensino médio e o ensino profissional oriunda do Decreto 2.208 de 1997, onde em seu artigo 5º, a legislação diz que: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este” (BRASIL, 1997).

Segundo a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP):

A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (BRASIL, 2002).

Na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a educação técnica existiu como etapa formativa própria não tendo relação com o ensino médio, essa mesma estrutura foi mantida no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, por meio do Decreto 5.154. Além disso, no nível médio iniciou-se a oferta integrada que incluía ministrar disciplinas no ensino médio e o ensino técnico de forma conjunta (BRASIL, 2014).

A partir de 2003, no governo Lula a educação profissional saiu da lógica do capital em que se encontrava e atingiu força no contexto das políticas públicas, passando a focar na inclusão social, fomentando as condições de vida de cada cidadão. Nesse período foi revogada a lei que não permitia a União investir em novas unidades, possibilitando o lançamento do plano de ampliação e o projeto de reorganização da Rede Federal de Educação Profissional. A partir deste momento foram criados os Institutos Federais, na perspectiva de iniciar um caminho da integração e desenvolvimento regional e local, o que resultou na promoção da cidadania e inclusão social dos sujeitos (CIAVATTA; FRIGOTTO; RAMOS, 2005).

Como parte da Rede Federal, os Institutos Federais, cujas características e finalidades estão definidas na Lei 11.892 de 2008 são atualmente a expressão mais

relevante da educação profissional como política pública e foram concebidos para atuar nos seguintes princípios, destacando-se:

- a) Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- b) Verticalização do ensino e integração com a pesquisa e a extensão;
- c) Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão de conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- d) Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas;
- e) Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

O modelo proposto pelo governo para os Institutos Federais é um projeto contemporâneo no contexto educacional que associa a implantação de nova institucionalidade, até então inexistente e também traz junto um grande peso de comprometimento social.

Em outro patamar está uma lei mais abrangente, a Lei de diretrizes e bases da educação, que no artigo 39, reforçou a preparação para o exercício das profissões técnicas ratificando o acordado no decreto 2.208 de 1997, tratando ensino médio e educação profissional como cursos separados, mas que também poderiam ser fomentados de forma associada ou não.

Após grande rejeição por alguns acadêmicos e parte da sociedade, o Decreto 2.208 foi anulado em 2004, por meio do decreto 5.154, cujo ato foi mais político do que por necessidade técnica ou pedagógica. Portanto, em razão de terem sido considerados, prioritariamente os interesses políticos, acredita-se que os programas públicos, em especial os ligados às questões de emprego e renda, deveriam procurar levar em conta o indivíduo no processo do desenvolvimento profissional e a sua relação com a realidade existente do contexto sociocultural em que estiver inserido (GARÓFALO; DE PINHO, 2011).

Não se pode tratar de ensino técnico sem citar as diversas políticas públicas que o Estado ofereceu nesses últimos cinco governos. Segundo Garófalo e De Pinho (2011, p.74) “política pública é entendido como um programa de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes politicamente determinados”. Sobre essa sinergia nas ações entre o Estado e as empresas, sabe-se que se essas forças não forem direcionadas no mesmo sentido, pensando na particularidade de cada região que irá oferecer os cursos,

difícilmente os resultados educativos e laborais provenientes de programas como o PRONATEC, irão gerar benefícios dentro das expectativas da sociedade.

A deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho ocorrida nos anos 90, os investimentos realizados, ao invés de resultarem uma melhoria educacional, contribuíram para o desperdício e o desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade, isso tudo dentro de um cenário de desemprego (POCHMANN, 2004).

Essa deterioração do mercado ocorreu em um contexto de emergência na sociedade do conhecimento, pois os requisitos educacionais e profissionais sobre o emprego, nesse período ampliaram-se, por razões mercadológicas e de globalização. Entretanto essa expansão da escolaridade foi vista não apenas pelo viés da produtividade, mas especialmente da cidadania, questão que também era sempre abordada na construção e reestruturação das políticas públicas.

Desde a criação do conceito de sociedade do conhecimento, o entendimento foi que o País pudesse colher os frutos de sociedade que sofre variadas influências do “mundo do conhecimento”. Poderia aumentar a acumulação de capital e o ritmo de crescimento econômico, promovendo simultaneamente uma redistribuição de trabalho e da renda. Dessa forma, seria ampliado o retorno social de investimentos ligados ao trabalho (POCHMANN, 2004).

Em síntese, nota-se que, na melhor das hipóteses a elevação do nível de escolaridade assegurou uma renda maior que nos estratos educacionais inferiores, mas não garantiu o acesso ao emprego e muito menos uma proteção contra a precarização e deterioração dos níveis de renda em cada nível. Transformar este círculo vicioso numa relação virtuosa é o grande desafio da sociedade brasileira (POCHMANN, 2004).

Como exemplo relevante de política criada para o ensino técnico e emprego, o governo federal, em 2011, implantou o programa PRONATEC, propondo formar profissionais para o mundo de trabalho. Deve-se salientar que esse programa alcançou várias instituições públicas e privadas, mesmo assim não conseguiu suprir a demanda de um mercado dinâmico que exigia mão de obra qualificada e sofria fortes influências políticas da época. O PRONATEC, apesar de ser uma das soluções para a constante e mutável demanda relacionada a mão de obra qualificada, também tem a missão de formar profissionais competitivos, incluindo nesse processo educativo pessoas que se encontram em condições econômicas, sociais e culturais desfavoráveis em relação ao restante da população.

Os indivíduos que fazem parte da classe desamparada, beneficiários de transferência de renda do governo federal e que estão cadastrados no Cadastro Único do governo federal, podem participar do Programa Progridir, realizando cursos oferecidos em duas modalidades: presencial e à distância (MEC, 2018).

O PRONATEC enfrentou no passado três desafios para a sua gestão. O primeiro relacionou-se à garantia da qualidade na oferta dos cursos; o segundo consistiu em fazer com que a oferta reflita a demanda por formação profissional nas diversas regiões do País; e o terceiro disse respeito às efetivas oportunidades ocupacionais a que terão acesso os egressos dos cursos (CGEE, 2015).

A respeito da qualidade dos cursos foi apontada a implantação de um sistema de avaliação da educação profissional e tecnológica no País. A criação desse sistema está prevista na estratégia 11.8 do Plano Nacional de Educação, entretanto a tarefa não é simples diante da diversidade de cursos existentes nessa modalidade de educação (CGEE, 2015).

Para o alinhamento entre oferta e demanda, há diversas demandas por profissionais nas mais diferentes áreas ocupacionais das regiões do País. Há realização de estudos sobre comportamento e perspectivas do mercado de trabalho em âmbito nacional e regional no curto e médio prazo, por isso o levantamento sobre a trajetória dos egressos é fundamental para que diminua a desigualdade no acesso para os interessados no PRONATEC (CGEE, 2015).

Para superação do terceiro desafio, o PRONATEC além da formação profissional de qualidade, precisa criar condições para que os egressos dos cursos possam ser encaminhados para oportunidades ocupacionais, via processo de intermediação eletrônica de mão de obra. A responsabilidade desse processo é do MTE, juntamente com articulações que são realizadas junto ao MEC (CGEE, 2015).

Outra questão a ser ressaltada é o binômio qualidade da educação ofertada *versus* produtividade do trabalhador, já que tudo isso afeta o crescimento e desenvolvimento do País. O avanço da tecnologia exige cada vez mais profissionais que possuem um bom ensino básico, que inclui conhecimentos em português, matemática, conhecimentos gerais e habilidades básicas sobre os ofícios que cada sujeito irá exercer, assim a formação teria mais chances de se manter alinhada as expectativas do mercado (CGEE, 2015).

A respeito da empregabilidade, um questionamento a ser feito tem relação com a questão da segurança, fornecida pela capacitação ao sujeito para que ele possa

realmente alcançar um posto no mundo do trabalho, investimentos estruturais e técnicos devem ser uma constante nos cursos.

A empregabilidade além da formação técnica e humanística que os cursos devem oferecer, também tem gargalos que envolvem a produtividade do trabalhador brasileiro, essa produtividade é influenciada pelas novas tecnologias e pelos novos métodos de produção e venda que demandam competências que as escolas não ensinam. Pode-se depreender daí que a educação só transforma quando é de qualidade. Outro ponto importante de análise é que políticas públicas como o PRONATEC possuam controles de qualidade pelos órgãos responsáveis, para que assim cursos de qualidade se transformem em produtividade para as empresas contratantes. Sendo assim, governo, sociedade e empresas, poderão alterar o *status quo* dos trabalhadores, desse modo, o desenvolvimento da economia nacional poderia ser melhor trabalhado (PASTORE, 2014).

Outro ponto relacionado ao mundo do trabalho é a relação da escassez de profissionais qualificados com a quantidade de jovens fora da escola ou que não trabalham e nem mesmo estão envolvidos com questões relacionadas ao emprego. Com um quadro tão deficiente, não espanta as diversas reivindicações para que projetos públicos eficientes nesse sentido sejam implantados, visto que nos dias de hoje não basta apenas ter um bom currículo, mas que seja demonstrado as potencialidades de cada um na prática. O sujeito que demonstrar interesse na educação contínua e possuir polivalência, um dos atributos valorizados no mercado, terá mais chances de conquistar o posto pretendido. No entanto, a estrutura educacional não sustenta essa demanda de profissionais qualificados, demonstrando que existem ineficiências principalmente ligadas a questões do ensino básico e da área das ciências humanas (PASTORE, 2014).

Portanto não se pode deixar de lado, que o emprego e a educação têm ligação direta com a cidadania e áreas sociais como a saúde, segurança e o lazer. A caminhada para que cada cidadão usufrua de seus direitos e cumpra com as suas obrigações depende de um equilíbrio, que passa pelo ensino profissional, comandado pela esfera federal. Por isso, melhores métodos de gestão de programas como o PRONATEC devem ser desejados e revistos para que no futuro gerem investimentos em áreas estratégicas para a nação, resultando em melhor qualidade de vida para a sociedade.

5 MUNDO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO

Em uma sociedade em constantes mudanças, a relação cultural homem- trabalho é uma questão que merece atenção especial. Sobre esse contexto, onde aspectos sociais e econômicos dos indivíduos estão em pauta é discorrido o texto a seguir.

O mundo do trabalho pode ser entendido como uma associação de aspectos, que fazem parte da condução da atividade humana no trabalho, o ambiente onde ocorre esse trabalho, o grupo de regras que existem nas relações entre os envolvidos, os produtos que resultam dele, como também os discursos utilizados, as práticas e estratégias e a tecnologia que apoiam e dão suporte para os indivíduos desenvolvam competências e subjetividades exigidas por um cenário em constante movimento (FIGARO, 2008).

As evoluções tecnológicas de produtos e serviços e a demanda por uma mão de obra polivalente é cada vez maior nesse contexto. Além disso, existem as questões relacionadas ao trabalho, debatidas pelo governo, empresas e sociedade na reforma trabalhista ocorrida ano passado por meio da lei 13.467 de 2017.

Nesse cenário, houve diversas negociações sobre os direitos trabalhistas como exemplo, a flexibilização do trabalho, um tema complexo e que gera muitos conflitos entre patrões e empregados, sobre a flexibilização será realizado um breve relato a seguir.

Flexibilizar os contratos trabalhistas é visto por alguns, como único e inevitável modo de oportunizar um aumento na criação de empregos, na luta contra o progressivo desemprego, com objetivo de desenvolvimento econômico e social, expressados por muitos com o vocábulo “modernidade”. Esse processo pode provocar sérios riscos aos trabalhadores, pois ao retirar do Estado o poder para interferência, tira a proteção dos trabalhadores, situação que poderia levar a resultados terríveis, não somente para a saúde do empregado (aumento dos acidentes de trabalho, doenças psíquicas e prejuízo ao convívio familiar), causando assim a degradação da dignidade humana, fazendo com que a flexibilização se torne “flexploração” (GROSSO, 2007).

Nessa disputa por maiores direitos, há quem defenda que a aprovação da reforma, desde que se respeitem as conquistas da Constituição Federal de 1988, e que ao mesmo tempo viabilize-se, em crises econômicas, a flexibilização da legislação. A luta social contra a flexibilização, às vezes adotada, e que combate as más condições laborais a que alguns são submetidos, são vistas como questões prioritárias por sindicatos e por grupos internos formais e não formais das empresas. É dessa maneira

que a legislação e os direitos dos empregados são negociados, por meio de acordos entre empregado e empregador, na busca de tornar essa relação a mais equilibrada possível, pois as decisões de cunho social e econômico tomadas podem representar uma melhor qualidade de vida para os empregados, os quais não podem ficar subjugados diante do poder do capital.

Tratando-se de trabalho e ensino profissional, Ciavatta e Ramos (2011) consideram que por um lado o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora desenvolve todas as potencialidades do ser humano, entretanto, de outro, essa educação não pode estar voltada somente para interesses econômicos das grandes empresas, mas também deve focar em uma emancipação cidadã que proporcione ao indivíduo participar mais dos processos e de decisões da empresa em que trabalha.

Nesse panorama, como programa público que tenta incluir cidadãos no mundo do trabalho, o PRONATEC pretende habilitar técnicas profissionais aos interessados e procura orientá-los sobre o ambiente de trabalho que poderão enfrentar. Contudo, mesmo o programa tentando dar independência ao indivíduo por meio do trabalho, essas mudanças nem sempre são percebidas pelas empresas. Nesse caso, uma hipótese pode ser considerada: a qualidade insuficiente dos cursos pode estar oferecendo, ou seja, a preparação dada aos alunos pode não estar atendendo as expectativas das empresas.

No estágio globalizado e econômico em que vivemos Schwartzman e Castro (2013, p. 593) entendem que:

Ao não abrir possibilidades efetivas de formação e capacitação diferenciada, algumas delas voltadas para o mercado de trabalho, o Brasil condenou e ainda condena numerosas pessoas a não adquirir nenhum tipo de qualificação profissional e tampouco uma educação de qualidade que lhes permitam se integrar de maneira efetiva ao mundo do trabalho, da cultura e da participação social.

Por outro lado, apesar de quase três décadas decorridas da análise de Pastore, o setor produtivo, as mudanças tecnológicas e administrativas possibilitaram o aumento da produção em geral. Os produtos melhoraram de qualidade e baixaram de preço. Ressalta-se que tudo isso foi feito com menos mão-de-obra, ou seja, a nova ordem de produção utiliza menos mão de obra, gera desemprego, subemprego, jornadas de tempo parcial, trabalho temporário e outras formas atípicas (PASTORE, 1994).

Uma das maneiras que poderia melhorar o desenvolvimento socioeconômico seria a formalização do trabalho, mas Pastore (1994) argumenta que encargos

inflexíveis e altos dificultam a contratação desse tipo de mão de obra, levando as empresas a se automatizarem ou até buscar trabalho informal no mercado. Sem a legislação trabalhista para dar, ao menos, o mínimo suporte que os empregos formais trazem fica difícil imaginar evoluções no setor produtivo assim como avançar nos direitos do cidadão (PASTORE, 1994).

Pochmann (2000) considera que, desde o final da década de 90, alterações no mercado de trabalho se tornaram inevitavelmente necessárias, já nessa época a educação profissional e o setor produtivo não estavam com suas ações alinhadas para a produção de mais empregos. A nova conjuntura com mudanças de cenário na economia nacional e empresas despreparadas para preenchimento da sua força de trabalho, fez com que mesmo com crescimento, houvesse desemprego e por consequência menor inclusão social, econômica e política dos sujeitos no mundo do trabalho (POCHMANN, 2000).

Na passagem da economia tradicional para a nova economia (padrão de desenvolvimento recente estruturado em novas tecnologias), a tendência que para que houvesse uma educação continuada para manter a empregabilidade na empresa começou a se tornar mais clara. Juntamente foram exigidas a necessidade de agregar o conhecimento geral e específico da área em que cada candidato iria se inserir (POCHMANN, 2000).

Segundo Moro *apud* Pochmann (2000), alguns requisitos que a nova economia pede estão na tabela abaixo:

Quadro 1 - Transformações econômicas e implicações na formação profissional

Economia Tradicional	Nova Economia	Implicações para formação
Estabilização do padrão tecnológico	Instabilidade no padrão tecnológico	Importância de transferência tecnológica
Campo tecnológico diversificado	Campo tecnológico interconexo	Programas interdisciplinares
Competição internacional regulada	Competição internacional desregulada	Consciência de novas condições de competição
Focalização no mercado interno	Referência no mercado global	Consciência da nova cultura e linguagem
Produto padronizado para o mercado de massa	Produto diversificado para o mercado segmentado	Necessidade de suporte tecnológico e organizativo para os negócios
Recurso humano como fator de produção	Recurso humano como fator de competição	Sistema educativo revalorizado
Pequena variação nas habilidades dos	Maiores variações nas habilidades dos	Educação continuada

trabalhadores	trabalhadores	
Expansão da ocupação direta na grande empresa	Redução da ocupação direta na grande empresa	Educação para empregabilidade
Crescimento econômico fundado no setor industrial	Crescimento econômico fundado na inovação	Formação em novas tecnologias

Fonte: Moro, 1998 apud Pochmann (2000).

Apesar das consequências da nova economia, fazerem parte do final da década de 90, nota-se que a maioria das exigências trazidas por esse contexto continua as mesmas para os profissionais atuais. Destaca-se que nesse cenário, o ambiente tecnológico continua exigindo uma gama de requisitos competitivos como a educação continuada e a educação voltada para a empregabilidade.

Relacionando todo esse panorama com o mercado de trabalho, por exemplo, pode-se dizer que o profissional polivalente, que hoje é requisitado pelas empresas, pode não ter lugar no mercado de amanhã. Portanto, devido ao dinamismo e instabilidade do mercado, muitos candidatos que não estiverem preparados irão sentir os efeitos das mudanças repentinas que esse cenário produz.

É importante ressaltar que nesse contexto, incorporada à questão homem-trabalho vem a fragilidade dos vínculos humanos, o sentimento de vulnerabilidade que ela provoca e as vontades incompatíveis de juntar os laços e ao mesmo tempo mantê-los desapertados é o que ainda alguns pesquisadores nessa área buscam esclarecer. Também se destaca a falta de comprometimento na relação entre pessoas. Está entre as práticas mais comuns da atualidade e isso acaba se transferindo para as relações trabalhistas (BAUMAN, 2004).

Em decorrência de tudo isso as relações mais extensas e sólidas podem se tornar dispensáveis, como mercadorias, onde a busca da qualidade e confiança seja para criação e principalmente manutenção de vínculos sociais ou de trabalho acabam sendo desconsideradas. Sobre a construção de vínculos e laços humanos no mundo fluído, Bauman (2001, p. 184) considera que:

A precariedade é a marca da condição preliminar de todo o resto: a sobrevivência, e o tipo particularmente mais comum de sobrevivência, a que é reivindicada em termos de trabalho e emprego. Essa sobrevivência já se tornou extremamente frágil, mas se torna mais e mais frágil e menos confiável a cada ano que passa.

O tempo de relacionamento mudou o status dessa questão, o que acaba por

“garantir” que a solidez dos relacionamentos são as adaptações do indivíduo em relação as mudanças demandadas. O desenvolvimento das relações no campo do trabalho só se fortalecerá a partir do momento que não somente questões econômicas, mas também sociais forem colocadas como prioritárias para a qualidade de vida de cada um.

Conforme Bauman (2001, p.185):

No mundo do desemprego estrutural ninguém pode se sentir verdadeiramente seguro. Empregos seguros em empresas seguras parecem fazer parte da nostalgia dos avós; nem há muitas habilidades ou experiências que parecem que, uma vez adquiridas, garantam que o emprego será oferecido e, uma vez oferecido, será durável. [...] “Flexibilidade” é a palavra do dia. Ela anuncia empregos sem segurança, compromissos ou direitos, que oferecem apenas contratos a prazo fixo ou renováveis, demissão sem aviso prévio e nenhum direito à compensação. Ninguém pode, portanto, sentir-se insubstituível- nem os já demitidos nem os que ambicionam o emprego de demitir os outros. Mesmo a posição mais privilegiada pode acabar sendo apenas temporária e “até disposição em contrário.

A partir daí se pode afirmar que a não estabilidade acaba modificando significativamente o modo de ocorrência dos acontecimentos. A rapidez com que a vida em sociedade e a vida relacionada ao trabalho acontecem, nos dias de hoje, demonstram a realidade da não existência de sólidas estruturas nos relacionamentos, gerando complexas situações socioeconômicas para serem resolvidas. A “liquidez” do mundo moderno, que inclui mudanças contínuas, muitas vezes ditadas pelo mercado, onde a inconstância é marca registrada, acaba acarretando contextos onde as relações têm prazo de validade para ocorrer.

No campo da estrutura da relação mercado de trabalho-indivíduo, as pessoas, mesmo as com maior formação técnica, têm dúvida em relação quantidade e a qualidade dessa capacitação adquirida, pois o empregado hoje considerado “ideal” pelo mercado de trabalho, amanhã pode não ser a preferência desejada pelas empresas (BAUMAN, 2001).

Em continuidade a esse panorama, a flexibilidade pode ser tratada como uma subordinação imposta pela parte dominante, detentora do capital. Ressalta-se que esse processo acontece em consequência do patrão ser colocado em um padrão superior ao do empregado, e também pelo trabalhador, classe mais fraca, não ter força suficiente para enfrentar o interesse das empresas, o que, nesse processo de “flexibilização” acarreta em desequilíbrios culturais, políticos, sociais e econômicos entre as partes interessadas (BAUMAN, 2001).

Conforme Bauman (1999, p.7):

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E no entanto os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida.

Não há como fugir da cultura da globalização, claramente presente no mundo. A mudança e o movimento são as palavras do momento, os indivíduos se situam em vários lugares, em diferentes contextos a toda hora. Alguns indivíduos acompanham as mudanças, outros não, mas o que dificilmente se discorda, é que o movimento global já impera sobre o local, se isso é bom ou ruim, só o tempo irá responder, mas nunca definitivamente.

Segundo Bauman (1999, p.111):

A “flexibilidade” só pretende ser um “princípio universal” de sanidade econômica, um princípio que se aplica igualmente à oferta e à procura do mercado de trabalho. A igualdade do termo esconde seu conteúdo marcadamente diverso para cada um dos lados do mercado.

Dentro dos significados que remetem a palavra flexibilidade, dois pontos importantes são destacados. O primeiro transmite a ideia de que com flexibilidade as coisas irão melhorar, pois empregos não serão perdidos e as pessoas poderão garantir sua renda e a segunda, que os indivíduos com a melhora de sua qualidade de vida terão seus interesses econômicos e de bem-estar atendidos.

Conforme Bauman (1999, p. 119): “Os trabalhadores devem desaprender a dedicação ao trabalho duramente adquirida e o apego emocional duramente conquistado ao local de trabalho, e também o envolvimento pessoal no conforto desse ambiente.”

Ao mesmo tempo em que o conhecimento se modifica em grande velocidade, focar na retenção de todo esse conhecimento não é mais tão importante como no passado. A atualização constante substituiu a retenção do conhecimento, especificamente se tratando de trabalho e das relações derivadas dele, o “prazo de validade” do conhecimento ficou menor. Deve-se frisar que além da atualização constante, hábitos comportamentais adaptáveis ao clima contínuo e progressivo de mudanças é outro requisito de muito valor na sociedade atual. Frente a isso a criação do ensino técnico, mais especificamente do PRONATEC, veio não só trazer conhecimentos atuais, mas procurou formar cidadãos que possam se adaptar mais facilmente ao mundo do trabalho.

6 CAMINHO METODOLÓGICO

6.1 O caminho escolhido

Sobre os temas centrais da pesquisa, trabalho e ensino técnico, será realizado um breve comentário sobre esses conceitos relatados em capítulo específico no referencial teórico.

Este trabalho foi amparado em teorias que defendem a importância do trabalho e a influência que ela exerce na vida de cada indivíduo. Esses princípios vão ao encontro da ideia de que todo trabalho realizado pelo homem tem um significado que traz segurança e autonomia ao indivíduo. Nessa pesquisa, procurou-se demonstrar o trabalho e emprego em alguns contextos, destacando-se aos pesquisados a percepção do trabalho como um exercício remunerado relevante ao desenvolvimento socioeconômico e com reflexos na comunidade em que cada um vive. Esse seria o contexto que representaria o sentido do trabalho para cada indivíduo.

O trabalho por meio da própria atividade realizada traz diferentes significados aos envolvidos, como exemplo servem a interação social e a própria remuneração produzida. A segurança que ele causa também vem por meio da liberdade que ele gera, seja por meio da satisfação do ato de trabalhar, seja pelo convívio social (troca de experiências) realizadas ou pelo retorno financeiro apresentado, que oportuniza a compra de bens e serviços e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida a cada sujeito. A partir daí pode-se entender a importância social e econômica que o trabalho e no que as políticas públicas envolvidas com essa questão podem impactar na vida de cada cidadão.

Sobre o capitalismo moderno, envolvido nesse panorama, pode-se dizer que nas últimas décadas, o mesmo tem causado intensas modificações no mercado de trabalho. Essas alterações se manifestam, pela globalização das finanças, pelas sucessivas situações de instabilidade das relações de trabalho, pelos altos índices de desemprego, pelo deslocamento geográfico de organizações e pela eliminação mão-de-obra na indústria e nos serviços (WOLECK, 2002).

Dados relacionados à produtividade de cada trabalhador mostram descompasso entre as demandas do mercado de trabalho e as ofertas oportunizadas aos indivíduos. Sem melhorias consideráveis nos programas relacionados ao ensino técnico e emprego, as demandas quantitativas das empresas, e principalmente qualitativas, não serão

satisfeitas e como consequência os índices de desemprego não serão modificados de forma satisfatória. Uma das propostas, para que os sujeitos que não estão trabalhando alcancem um posto no mercado de trabalho, seria uma reestruturação de projetos governamentais relacionados ao ensino técnico, emprego e renda, desse modo, seria possível uma melhora no bem-estar dos grupos envolvidos (PASTORE, 2014).

Pode-se inferir daí que sem a devida estruturação organizacional e técnica, políticas públicas que incluem de forma conjunta ensino profissional e trabalho tendem ao insucesso. Outros pontos para reflexão são a preocupação com a qualidade dos cursos oferecidos e a manutenção dos modelos de sucesso de programas criados em governos anteriores, questões que são essenciais para que projetos desse tipo deem certo e tenham continuidade.

O caminho metodológico adotado foi por meio do estudo de caso, envolvendo pesquisa de campo com egressos e formadores participantes do PRONATEC no IFFar. Todos os participantes responderam questionários semiestruturados (perguntas abertas e fechadas). O período de abrangência dos cursos referentes aos questionários feitos com os egressos corresponde aos anos de 2014 e 2015, período em que ocorreu a maior parte dos cursos do PRONATEC no *campus* Panambi. Já o período de questionários realizados com os professores abrangeu os anos de 2012 a 2016. Tanto para os egressos quanto para os formadores, foi definido o questionário como instrumento, devido ao prazo da pesquisa e por razões de logística.

O estudo de caso escolhido representou uma variedade de estudos que reúnem e apontam elementos de um ou diversos acontecimentos com a finalidade de estruturar informações alinhadas e análises de experiências, ou ainda apreciar sucintamente uma prática, visando uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 2010).

Dentro das três fases do estudo de caso, que são: seleção e delimitação do caso (1), trabalho de campo (2) e organização e redação do relatório (3), será dada breve ênfase sobre a segunda parte. O trabalho de campo por meio dos questionários e entrevistas pretende agrupar e estruturar um conjunto de conhecimentos e, impor um entendimento prévio entre as partes envolvidas. Nesta parte as informações são documentadas, abrangendo diversos tipos de conhecimentos que servem para fundamentar o relatório do caso (CHIZZOTTI, 2010).

O caso estudado é tomado como uma parte importante acerca do que pensam os formadores e especialmente os egressos do PRONATEC, e embasa fidedignamente o pensamento de cada participante. Também se pode considerar como um sinal de

referência de profundas questões sociais e econômicas, envolvendo uma realidade que retrata uma situação específica. Nessa etapa também é revelada a complexidade de aspectos globais de um determinado contexto (CHIZZOTTI, 2010).

Por meio dos questionários, técnica mais utilizada no estudo, pode-se perceber as particularidades de um sujeito ou de uma classe de indivíduos pelas respostas escritas pelos pesquisados. Na presente investigação no momento das perguntas fechadas, os entrevistados tiveram que responder as alternativas que mais combinam com as suas características, convicções ou sentimentos. Nas perguntas abertas realizadas, os questionamentos induziram os entrevistados a responder as questões por meio de frases construídas por cada um (RICHARDSON, 1999).

Portanto, como já foram realizadas várias outras pesquisas que confirmaram alguns resultados desse trabalho, esse tema de extensa abrangência, também revelou importantes indícios e possíveis caminhos do que pode ser melhorado nessa política pública voltada ao ensino técnico, emprego e renda. Por fim, após a análise dos resultados, será proposta uma ação de melhoria contínua do programa por meio de ações complementares que fortaleçam e consolidem o PRONATEC no *campus* Panambi do IFFar.

6.2 Contexto da realização da pesquisa

O presente trabalho está vinculado à linha de pesquisa “Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea” do curso de mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, centrada na demanda conceitual que envolve as diferentes extensões da constituição e progresso individual e coletivo do ser humano. Logo, por meio desse estudo almeja-se mostrar o impacto das consequências econômicas e sociais do PRONATEC em cada indivíduo, revelando os principais benefícios e dificuldades de cada egresso que participou do programa.

O estudo sobre o PRONATEC realizado no *campus* Panambi, apresentou um panorama geral do funcionamento desse programa que auxilia no desenvolvimento da cidade e região, no âmbito de cursos técnicos por meio da preparação de profissionais para o mercado de trabalho. Essa instituição ainda mantém a ênfase na oferta de educação profissional de ensino médio, principalmente na forma de cursos integrados. A unidade mencionada é uma das 11 unidades do Instituto Federal Farroupilha no estado do Rio Grande do Sul e se caracteriza por ser uma autarquia federal, pública, sem fins

lucrativos, de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino (IFARROUPILHA, 2013).

O caso estudado dos egressos do IFFAR engloba especificamente o contexto de ensino técnico e emprego associado aos cursos do PRONATEC e se justifica em razão de um dos objetivos do *campus*, que é proporcionar educação profissional e tecnológica para adolescentes, jovens e adultos, nos seus diferentes níveis e modalidades de ensino. Além disso, outro de seus propósitos, citados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, é a formação de cidadãos críticos para o mundo do trabalho (IFARROUPILHA, 2013). Ambos objetivos citados no PDI vêm ao encontro da principal meta do programa PRONATEC, que tem como principal intenção qualificar tecnicamente os seus alunos para que aumentem suas chances de acesso ao mercado do trabalho.

6.3 Tipo de pesquisa e abordagem

A pesquisa realizada teve natureza quanti-qualitativa com abordagem exploratória, se deve ao fato de terem sido apresentados essencialmente dados qualitativos. A pesquisa qualitativa, responde a demandas muito específicas. Trabalha com o conjunto das interpretações, motivações, desejos, convicções, comportamentos e princípios dos sujeitos (DESLANDES; GOMES, 2013).

Sobre o tipo de pesquisa realizada, conceitua-se que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002).

Para explorar o tema e responder os objetivos, conforme anteriormente citado, foi utilizado o estudo de caso por meio da aplicação de questionários e para complementar esse tipo de investigação também foram efetuados trabalhos de pesquisa bibliográfica e exemplificação de situações relatadas em outros trabalhos.

6.4 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os egressos e os formadores do *campus* Panambi

que responderam aos questionários realizados, conforme critérios de inclusão e exclusão da amostra. Entre os questionários aplicados aos egressos e docentes havia poucas diferenças, sendo que, de forma geral, foram adaptados ao contexto vivenciado por cada um. Por fim, quantificando os instrumentos aplicados no estudo, 68,18 % (7 formadores e 8 egressos), dos indivíduos que participaram da pesquisa responderam a questionários autoperenchidos e o restante, 31,82% (1 formadores e 6 egressos) responderam a questionários que foram respondidos, no caso de dúvidas, com ajuda eventual do entrevistador.

Para os egressos, os critérios de inclusão da amostra foram a totalidade dos egressos que concluíram os cursos do programa PRONATEC no *campus* Panambi do IFFar entre os anos de 2014 e 2015. Os critérios de exclusão foram os egressos não concluintes e os que realizaram os cursos em outras cidades, distintas de Panambi. Para os formadores, como critérios de inclusão da amostra, considerou-se o período entre 2012 e 2016, e foram utilizados a totalidade dos formadores e técnicos efetivos da instituição que ministraram aulas no período requisitado. Os critérios de exclusão foram formadores e técnicos efetivos que ministraram cursos fora da cidade de Panambi.

A totalidade dos egressos (144 sujeitos) respondeu os questionários, objetivando maximizar a confiabilidade da pesquisa. Todos que participaram da seleção concorreram por meio de edital para ingresso em cursos FIC, onde eram exigidos requisitos como escolaridade mínima, que dependia do curso realizado, e ao final do processo, quando havia mais candidatos que vagas, era realizado sorteio público para definição das vagas. Exclusivamente no caso dos egressos, para que pudesse ser realizado o envio dos questionários, foi utilizado o contato telefônico, ferramenta considerada mais adequada para alcançar esse público-alvo. A metodologia utilizada durante as ligações será explicitada no capítulo “Instrumentos e Procedimentos de Pesquisa”.

Sobre o número de alunos formados no PRONATEC, no período de análise informado, segue descrição na tabela abaixo:

Tabela 1 - Alunos matriculados e formados

Ano do curso	Alunos formados (Frequência)	Percentual (%)
2014	128	88,88
2015	16	11,12
Total:	144	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Sobre o grupo de formadores, segue abaixo a tabela a respeito deles:

Tabela 2 - Grupo de formadores do IFFar- Campus Panambi que ministram/ ministraram aulas no PRONATEC

Ano do(s) curso(s)	Formadores-população (frequência)	Percentual (%)	Formadores efetivos da rede federal (frequência)	Percentual (%)
2014	46	77,97	5	62,50
2015	13	22,03	3	37,50
Total:	59	100,00	8	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Dos 59 formadores que ministraram aulas no período da pesquisa, foram selecionados 8 formadores que ministraram aulas no PRONATEC no *campus* Panambi no período de 2012 a 2016, sendo parte integrante do grupo dos formadores entrevistados, houveram dois professores efetivos, um professor não efetivo e cinco técnicos administrativos em educação, de nível superior, dos quais seis desses formadores ainda continuam trabalhando na referida instituição. O motivo principal da escolha em entregar/enviar os questionários ou entrevistar os formadores dos cursos que pertenciam ou pertencem atualmente ao *campus*, vem do entendimento decorrente de que esses formadores já teriam uma visão mais ampla de como funciona o ensino técnico dentro do IFFar, desse modo poderiam fornecer respostas mais detalhadas sobre as ações da unidade e sobre os egressos do programa.

Os editais para solicitação dos formadores exigem certos requisitos mínimos exigidos que vão desde formação específica até tempo de experiência do candidato à vaga. Ressalta-se que no momento da seleção dos formadores que ministraram aulas no biênio 2012-2016, alguns deram aulas em mais de um curso; porém na contabilização do número total de respondentes da pesquisa, esses foram contabilizados apenas uma vez na amostra, independentemente da quantidade de cursos e do período que lecionaram as aulas.

Os cursos realizados, estão separados por área na Tabela 3, assim pode-se verificar quais foram as áreas prioritárias escolhidas de forma conjunta pelo IFFar campus Panambi (comunidade acadêmica), Prefeitura Municipal, e empresas por meio do processo de pactuação dos cursos, que envolve as partes demandantes e ofertantes dos cursos.

Tabela 3 - Cursos ministrados no período 2014-2015 no município de Panambi - RS

Ano curso	Curso	Área do curso	Total de alunos formados no curso
2014	Espanhol Básico	Linguagem	12
	Inglês Básico	Linguagem	16
	Alemão Básico	Linguagem	11
	Auxiliar Administrativo	Comércio/Geral	15
	Vendedor	Vendas	19
	Auxiliar de Recursos Humanos	Comércio/Geral	14
	Libras	Necessidades Especiais	20
	Jardineiro	Empreendedorismo	21
Total de alunos:			128
2015	Churrasqueiro	Serviços	16
Total de alunos:			16
Total geral de egressos:			144

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Nota-se que no período estudado os cursos foram oferecidos nas mais diversas áreas, o que incluiu os eixos: Linguagem, Comércio/Geral, Vendas, Necessidades Especiais, Empreendedorismo e Serviços, sendo que dos 9 cursos oferecidos 33,33% foram ofertados na área de linguagem e 22,22% na área de Comércio/Geral.

6.5 Instrumentos e procedimentos de pesquisa

O único instrumento utilizado para a coleta de dados dos egressos e formadores foi o questionário: conjunto de perguntas, sistematicamente expostas [...] com vistas a entender o modo de pensar dos entrevistados sobre os objetos de estudo, podendo as indagações serem do tipo fechada ou aberta. Na primeira situação, as respostas foram definidas dentre as escolhas pré-determinadas pelo investigador onde os indivíduos responderam sobre as suas características, convicções e pensamentos; na segunda, o sujeito pôde elaborar as respostas, com suas próprias palavras, a partir de seu

conhecimento pessoal (SEVERINO, 2007).

Os questionários aplicados foram elaborados com base no instrumento socioeconômico da ex-discente Patrícia Feil Leal do mestrado de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, que em sua dissertação trabalhou com o perfil socioeconômico dos jovens egressos que fizeram parte da Lei de Aprendizagem, criada em 2000 pelo governo federal (LEAL, 2017).

Em relação aos modelos dos questionários que foram aplicados, cada grupo de entrevistados (egressos e formadores) respondeu a um tipo de questionário diferente, pois apesar do instrumento tratar do mesmo assunto, cada um foi adaptado ao contexto individual de cada entrevistado e aos objetivos do trabalho. Relembrando, que no caso dos egressos, o contato telefônico foi a ferramenta considerada mais adequada para atingir esse público-alvo, pois outro modo dispensaria muito tempo até que toda amostra fosse atingida.

Ao todo, entre 23/01/2018 e 01/03/2018, houve tentativa de contato telefônico com todos os 144 egressos que concluíram os cursos entre 2014 e 2015. Nesse mesmo período foram enviados 41 e-mails sendo que destes retornaram apenas 6, ou seja, 14,63%. Ressalta-se que em alguns casos foi realizada uma segunda e última tentativa para contato com esses, pois alguns não atenderam, a ligação caiu na “caixa de mensagens” ou não houve a possibilidade de completar a ligação por diversos outros motivos.

Sobre o procedimento das ligações, cabe dizer que nas tentativas de ligação realizadas, primeiramente foi dado prioridade para o período da tarde (depois das 18h30min), no intuito de prioritariamente alcançar aqueles que já encerraram seu expediente ocorrido em horário comercial. Nas ligações que não foram atendidas quando foi ligado o autor desligou somente após o quinto toque.

Os questionários aplicados possibilitaram o autor descrever certas características de cada grupo entrevistado e medir certas variáveis, com foco da análise nos egressos. Para os egressos foram realizadas 45 perguntas, sendo que 16 delas eram do tipo fechada, 15 eram do tipo aberta e 14 mistas, com perguntas abertas e fechadas. Ressalta-se que para bom andamento da pesquisa, tanto no envio efetuado por e-mail como nos questionários aplicados pessoalmente, buscou-se esclarecer os objetivos da pesquisa e responder dúvidas eventuais que ocorreram durante a execução.

Já nas entrevistas, que são consideradas uma comunicação bilateral e referem-se ao ato de perceber de duas pessoas (RICHARDSON, 1999), foram verificados fatos

ocorridos nos cursos do PRONATEC com os egressos, e também esclarecidas as importâncias de opiniões e experiências que os mesmos possuem sobre determinadas situações que ocorreram durante as aulas.

6.6 Análise e interpretação dos dados

Optou-se pelo método da Análise de Conteúdo em razão da pesquisa ser de natureza qualitativa. Segundo Bardin (2011) análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Ressalta-se porém, para que essa técnica seja considerada completa deve haver o intuito da inferência de conhecimentos relativos às condições de produção que ocorre por meios quantitativos ou não.

Conforme diretrizes de Minayo (2007) a pesquisa foi dividida em 3 partes: pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação.

Na primeira parte da pré-análise foi inserida a base teórica da proposição da pesquisa, o levantamento de dados, estudo das leis relacionadas ao tema da pesquisa e investigado os documentos institucionais do IFFar. Os passos que foram relatados no estudo, são os que seguem:

Reconhecimento do perfil dos formadores e egressos do IFFar. Sobre os formadores, houve análises de questões como: escolaridade e tipos de cursos ministrados. Do lado dos egressos itens como a renda, curso realizado pelo egresso, recebimento de bolsa-formação e detalhes sobre trabalho e renda do egresso;

Referencial bibliográfico: em vez de livros sobre a área de ensino técnico e emprego, optou-se por artigos que abrangessem esses mesmos assuntos, onde se tentou mostrar um panorama geral sobre o assunto estudado;

Legislação relacionada ao tema: sobre esse ponto buscou-se inicialmente uma explicação genérica por meio da LDB, passando por questões mais específicas de renda e trabalho, finalizando pela lei do PRONATEC.

Documentos institucionais: essa análise documental que já foi descrita no trabalho por meio de indicações do PDI da instituição mostra os diversos princípios que a instituição segue para atingimento dos seus objetivos.

Já a categorização, para Minayo (2007), consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas. A partir daí o analista propõe inferências e

realiza interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente ou abre outras pistas em torno de novas dimensões teóricas e interpretativas, sugerida pela leitura do material (MINAYO, 2007).

É importante dizer que a técnica da análise de conteúdo refere-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, entrelinhas e outras questões e não deve ser excessivamente vinculada ao que foi redigido ou a método, num formalismo exagerado, que afete a originalidade e a habilidade perceptiva do pesquisador, logo, nem tão abstrata, levando-se a determinar as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a servir simplesmente como comprovação dessas. (CAMPOS, 2004).

Destaca-se que dentro de um contexto social e histórico, nessa técnica os assuntos têm propensão de serem reconhecidos na conforme são examinados, destacando-se que no processo de análise que é sempre feita a partir de uma mensagem e tem por finalidade a produção de inferências (CAMPOS, 2004).

Segundo Campos (2004, p.33) “o ato de inferir significa a realização de uma operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de uma ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras.”

Nesse método são interpretadas diversas leituras de todo o material apurado, a princípio sem obrigação de estruturação, mas sim pretendendo compreender de uma maneira global as ideias centrais e as suas definições gerais (CAMPOS, 2004).

Segundo Bardin (2011, p.83):

[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

O critério do estudo para a montagem da tabela foi o método sintático em relação ao texto, onde foi dada atenção especial aos verbos e adjetivos que os egressos utilizaram nos questionários respondidos. Como foram repetidos verbos e adjetivos similares denota-se que as respostas dos egressos caminham no mesmo sentido e que por meio das descrições dessas montou-se o quadro 2 como forma de representação da linguagem.

A categorização é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a classificação: repartir os elementos e, portanto,

procurar ou impor certa organização as mensagens (BARDIN, 2011).

Quadro 2 - Categorias de análise

Objetivos	Categorias	Indicadores
- Verificar quais as motivações e expectativas que fizeram o egresso buscar o PRONATEC para qualificação profissional;	- Motivações e expectativas dos egressos do PRONATEC;	- Análise do PRONATEC - Razão da busca de qualificação técnica - PDI
- Comparar as expectativas e os objetivos dos egressos e formadores do IFFAR- <i>campus</i> Panambi com as expectativas e os objetivos do programa PRONATEC;	- Relação de expectativas e objetivos: (egressos e formadores) x relação de expectativas e objetivos (PRONATEC);	- Comparativo de expectativas entre dois grupos relacionados ao mesmo tema; - Objetivos de programa profissionalizantes ligados ao tema emprego e renda.
- Verificar o que foi gerado pelos cursos do PRONATEC, tanto socialmente quanto economicamente, aos egressos do IFFAR- <i>campus</i> Panambi;	- Impacto social e econômico aos egressos que realizaram o curso;	- Consequências sociais de programas que envolvem renda e trabalho - Consequências sociais de programas que envolvem renda e trabalho
- Analisar a avaliação dos egressos do IFFAR- <i>campus</i> Panambi quanto à realização das atividades do curso realizado.	- Avaliação dos cursos do PRONATEC pelos egressos.	- Questionário dos egressos

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

6.7 Cuidados éticos

O projeto de dissertação foi submetido, antes do início da coleta de dados, ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), da Universidade de Cruz Alta, a fim de serem avaliados seus aspectos éticos e de proteção aos pesquisados. A aprovação foi realizada pelo Conselho Nacional de Ética na Pesquisa – CONEP, sob a CAEE 71095417.2.0000.532 2 e parecer número 2.202.493.

Os sujeitos da pesquisa foram informados dos objetivos da pesquisa, metodologia, riscos e benefícios, sendo que os participantes também foram avisados de que a participação seria de forma voluntária, não sendo necessária nenhuma identificação, o que permitirá maior liberdade e isenção por parte dos sujeitos pesquisados. Além disso, explicitou-se que os riscos e desconfortos que poderiam ser provocados pela pesquisa são mínimos, caso ocorra qualquer desconforto, os sujeitos poderiam, a qualquer tempo, desistir de participar sem nenhum prejuízo.

Não haveria gastos por parte dos sujeitos pela participação na pesquisa, que

também não receberiam nenhum proveito financeiro. Os sujeitos da pesquisa somente responderiam aos questionamentos após a leitura completa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se que as dúvidas oriundas do conteúdo incluído no TCLE foram devidamente sanadas pelo pesquisador responsável.

Destaca-se que a pesquisa (questionários ANEXO A e ANEXO B) foi realizada mediante Carta de Autorização da Direção do IFF Panambi (APÊNDICE A) e para participar da pesquisa o entrevistado concordaria mediante assinatura do TCLE (APÊNDICE B ou APÊNDICE C).

Sobre a devolução dos TCLES, apesar de ter sido ressaltada a importância do documento dois dos formadores não assinaram o termo, um ficou de entregar no local de trabalho do entrevistador e outro justificou no e-mail que não tinha scanner no momento de responder os questionários.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

7.1 Perfil dos entrevistados

Os resultados aqui apresentados são referentes à análise dos dados obtidos dos questionários aplicados aos egressos (APÊNDICE C) e formadores (APÊNDICE D). Os dados apresentados foram obtidos entre os egressos que cursaram aulas no *campus* Panambi no período de 2014 e 2015 e dos formadores que ministraram aulas para cursos realizados na unidade entre 2012 e 2016.

O perfil dos 14 egressos caracterizou-se assim: faixa etária entre 19 e 53 anos, sendo a média de idade 40,05 anos. Dentro do público prioritário que o PRONATEC atende estão: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores que incluem grupos como os agricultores familiares, pescadores e outros que se encontram nesse mesmo conjunto; beneficiários dos programas federais de transferência de renda (ex: Bolsa Família) e estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (BRASIL, 2011). Nesse grupo, fizeram parte 8 indivíduos que se encontravam abrigados na Comunidade Terapêutica da Cruz Azul, instituição parceira do *campus* Panambi.

Os formadores participantes do estudo apresentaram idades entre 30 e 47 anos, sendo a média de idade 38,5 anos. Esses atualmente exercem os mais diversos cargos no campus, dentre eles estão: diretor de área (1), técnico administrativo em educação- nível superior com função de coordenador de setor (1), ex- formador do PRONATEC contratado por meio de edital (1), ex- formador com função de coordenador de setor, que está trabalhando em outro instituto no momento (1), formadores efetivos com função de coordenadores de curso (2) e técnicos com nível superior (2).

Em razão dos servidores que responderam à pesquisa ocuparem diferentes cargos e funções na instituição, as respostas forneceram diferentes visões. Esses diferentes posicionamentos enriqueceram a coleta de dados da pesquisa, que teve a sua análise facilitada em razão da convivência do pesquisador com os formadores entrevistados.

Sobre a escolaridade dos egressos, seguem os dados abaixo:

Tabela 4 - Escolaridade dos egressos

Escolaridade	Frequência	Percentual (%)
Ensino fundamental	1	7,15
Ensino médio completo	4	28,57
Ensino médio incompleto	2	14,28
Outra? Ensino superior incompleto	2	14,28
Outra? Ensino superior completo	5	35,72
TOTAL	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Metade dos egressos, ou seja, 50,00% tem escolaridade superior a mínima exigida nos editais dos cursos FIC, que vai do ensino fundamental completo até o ensino médio completo dos cursos ofertados. Isso mostra que apesar de esses cursos serem de curta duração e voltados para áreas específicas do mercado de trabalho, sujeitos com maior nível de instrução o procuraram para aperfeiçoamento técnico, mesmo não tendo a garantia de valorização em suas empresas quanto se espera para aqueles que fazem parte do público-alvo do programa.

Na questão “2 d” referente ao questionário dos egressos, onde foram expostas questões sobre o programa, pode-se verificar que 42,86% optaram pelo PRONATEC por terem sentido a necessidade de estudar/se aperfeiçoar, infere-se ser esse um dos motivos que levaram os indivíduos participantes com curso superior a realizar o curso. O tipo de formação que os cursos FIC proporcionam é criticada por alguns teóricos, devido ao tempo de duração e por formar muitas vezes profissionais conforme a demanda do mercado (ex: sistema 5 S). A crítica a essa política pública será melhor explicitada durante a análise de dados.

Sobre a escolaridade dos formadores entrevistados, seguem os dados na Tabela 6:

Tabela 5 - Grupo de formadores do IFFar - Campus Panambi que ministram/ ministraram aulas no PRONATEC

Escolaridade	Frequência	Percentual (%)
Graduação	-	-
Especialização	1	12,50
Mestrado	6	75,00
Doutorado	1	12,50
Pós- Doutorado	-	-
Total	8	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

A tabela anterior mostra que os formadores possuem nível de instrução elevado para ministrar aulas no programa, pois todos possuem qualificação além da solicitada no edital de concorrência que acontece a cada curso ofertado. Entretanto isso não significa que estejam preparados, pois os discentes que fazem parte dessa política geralmente fazem parte de um grupo que apresenta características diferentes do que esses formadores estão acostumados a ensinar. São indivíduos que muitas vezes estão há um bom tempo fora da sala de aula, podendo apresentar dificuldades de aprendizado devido a formação do ensino básico; que às vezes devido ao contexto vivido acreditam que o conhecimento é importante, mas no caso de enfrentamento de dificuldades, priorizarão o trabalho, pois é o que garante renda a sua família.

Sobre a renda dos egressos, seguem os dados abaixo:

Tabela 6 - Renda dos egressos no momento da coleta de dados

Renda	Frequência	Percentual (%)
Até 1 salário mínimo (R\$ 937,00)	1	7,15
Entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 937,00- R\$1.874,00)	6	42,85
Entre 2 e 3 salários mínimos (R\$ 1.874,00- 2.811,00)	4	28,57
Mais de 3 salários mínimos (> R\$ 2.811,00)	1	7,15
Não responderam	2	14,28
TOTAL	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

As questões relacionadas a renda que estão citadas também na tabela 15, nessa foi mostrada que o egresso percebeu uma melhora de renda de 42,86%. Com certeza esse resultado contribuiu com que 85,71% deles respondesse que voltaria a fazer curso do PRONATEC, além de outras vantagens constatadas como: “aperfeiçoamento profissional” e “cursos de qualidade” que ter influenciado com que ele retornasse a realizar algum curso do programa.

Sobre as cidades de residência dos egressos, a maioria, 57,14% reside em Panambi, 14,28% em Condor, em Iraí, Venâncio Aires e Linha Nova foram entrevistados um sujeito em cada município e um deles não respondeu a essa pergunta. As três últimas cidades citadas, fora da região de Panambi, pertencem a egressos que no momento da coleta de dados estavam acolhidos na entidade da Cruz Azul, entidade que recebe indivíduos de todo o Rio Grande do Sul.

Sobre o tempo médio de atuação de cada formador do IFFAr no PRONATEC do *campus* Panambi, o tempo variou entre 3 e 4 anos de exercício (7 formadores) e menos de 1 ano de exercício (1 formador). O tempo médio de aula ministrado por esses

mesmos formadores, portanto, variou entre 2 meses, no mínimo e 4 anos, no máximo.

Sobre os cursos, dos 9 oferecidos, fizeram parte das respostas dos questionários egressos que participaram de apenas 6 deles. A distribuição da realização ficou assim: 6 egressos realizaram o curso de churrasqueiro, 2 de jardineiro, 2 de libras, 2 de alemão básico, 1 de inglês e 1 de vendedor. No período estudado, 2 cursos (churrasqueiro e jardineiro), que compreendeu a totalidade de 8 egressos, foram oferecidos especialmente para sujeitos abrigados na Cruz Azul, instituição que possui parceria com o *campus* Panambi.

A maioria dos cursos foram desenvolvidos na Cruz Azul se configura como: entidade civil de natureza privada, onde são atendidas pessoas de todos os estados brasileiros, sendo mais frequente o recebimento de indivíduos de Panambi e da região oeste do Rio Grande do Sul. Hoje essa entidade está localizada em uma bela área verde de Panambi que disponibiliza 36 vagas, oferecendo atendimento pastoral, clínico e psicológico a esses sujeitos. (CRUZ AZUL, 2018).

Essa instituição tem entre os seus principais propósitos: ajudar dependentes do álcool e de outras drogas, seus familiares e outras pessoas afetadas direta ou indiretamente. Busca a prevenção e acolhimento das pessoas, por meio de trabalhos de prevenção, comunicação e a construção de políticas públicas de qualificação. A missão dessa comunidade terapêutica é incentivar a vida, sem álcool e outras drogas, visando ao bem-estar individual, familiar e social, por meio de ações modernas de prevenção, acolhimento, tratamento, reinserção social, apoio e educação continuada (CRUZ AZUL, 2018).

É importante destacar que entre os cursos ministrados pelos formadores, o curso de jardineiro foi o único citado dentro do período estudado (2014-2015), o restante dos cursos foi ministrado nos anos de 2012, 2013 ou 2016, nas mais diversas áreas e entre esses estão: horticultor orgânico, padeiro, auxiliar de confeitaria, jardineiro, técnico em nutrição e dietética, cuidador de idoso, manicure e pedicure.

Referente aos cursos citados, como houve mudança em relação a amostra destinada aos egressos, optou-se por utilizar as entrevistas/questionários priorizando os formadores que eram servidores da unidade de Panambi no momento da entrevista, o que ocasionou a apresentação de muitos cursos diferentes daqueles frequentados pelos egressos entrevistados.

Em relação a Tabela 7, é explicitado que a maioria dos cursos oferecidos foi do tipo formação inicial e continuada (FIC).

Tabela 7 - Tipos de cursos que foram ministradas as aulas

Tipo de curso	Frequência	Percentual (%)
Técnico	1	16,67
FIC	5	83,33
TOTAL	6	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Dos os 9 cursos oferecidos, os cursos do tipo FIC, também denominados de curso de qualificação profissional ministrados tiveram 83,33% das respostas totais, isto é, representaram a maioria absoluta dos cursos voltados a formação específica de curta duração, os quais possuem carga horária média de 160 horas e duram cerca de três meses. Além disso, o requisito desses cursos varia desde a não exigência do Ensino Fundamental completo até a exigência do Ensino Médio completo (MEC, 2018).

Com relação ao benefício bolsa- formação recebido pelos egressos, seis (6) dos egressos receberam, sete (7) não receberam e um (1) não respondeu. Os que receberam a Bolsa- Formação Trabalhador, que é voltada para os cursos FIC, tiveram todas as despesas relacionadas ao curso (alimentação e transporte) custeadas, além de material necessário para as aulas e os que não receberam bolsa-formação, não se inscreveram no site do PRONATEC para o recebimento ou não foram selecionados nos processos que dão direitos a essas bolsas (BRASIL, 2011).

A Bolsa-Formação é uma iniciativa do PRONATEC, que tem seu processo de seleção de estudantes articulado pelos demandantes, que são Ministérios participantes e secretarias estaduais de educação. No site do programa, o estudante encontra a listagem das instituições que poderá escolher para estudar. Outros meios de preenchimento das vagas são a inscrição online no site do programa e oportunidades que ocorrem por meio de processos seletivos específicos (MEC, 2017).

Em relação a empregabilidade no momento da entrevista, 50,00% dos egressos (7) responderam que estavam trabalhando, 35,71% deles (5) não estavam trabalhando e 14,29% (2) não responderam. Desse modo, nota-se que metade dos egressos mostraram que mesmo trabalhando optaram por realizar cursos para aperfeiçoamento técnico, por diversos motivos como maior oportunidade de inserção no mercado (14,29%) e maior oportunidade de promoção no trabalho (35,71%) conforme Tabela 11. Compreende-se daí que poucos dos que se qualificaram, acreditam que o curso seria uma oportunidade de entrada no mercado de trabalho, mas que mais de um terço dos 50,00% que estavam trabalhando entenderam que poderiam progredir profissionalmente.

Ainda sobre a ocupação laboral, após o término do curso, um dado destacado foi que 42,86% (6) dos egressos não conseguiram vaga de emprego nem em área diferente da formação do curso, entretanto 35,71% obteve vaga no mercado de trabalho relacionada com área de formação do curso (questão 3a). Além disso, a evolução da renda percebida pelos egressos, após o curso, ficou em 42,86% (Tabela 15), enquanto os formadores acreditam que o aumento da renda dos egressos, após o curso, ficou em 50,00% (Tabela 16).

Referindo-se a possibilidade de um membro da família do egresso ser beneficiário de algum programa social de transferência de renda, nenhum egresso respondeu que um membro da sua família faz parte desse tipo de programa.

7.2 Informações sobre o programa PRONATEC

Sobre como ficaram sabendo da oferta dos cursos PRONATEC, seguem abaixo as respostas:

Tabela 8 - Meios de conhecimento das ofertas dos cursos do PRONATEC

Meio de conhecimento	Frequência	Percentual (%)
Cruz Azul	6	42,85
Pela Cruz Azul e pela televisão	1	7,15
Navegando pela Internet	2	14,28
Amigos	3	21,42
Escola	1	7,15
Divulgação do <i>campus</i> Panambi	1	7,15
TOTAL	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Entre os meios de conhecimento do programa pelos egressos, sobre que cursos são ofertados pelo PRONATEC, 3 meios se destacaram: “Cruz Azul”, “Amigos” e “Navegando pela internet”, que totalizaram 78,55% das respostas. Detalhando, o contato boca a boca (Cruz Azul e Amigos) correspondeu a 64,27% das respostas desse quesito e a internet a 14,28% das respostas, acessos que usando como referência a tabela 10 podem ter sido realizados por meio de mídias sociais como Facebook e páginas institucionais que o IFFar oferece, que são os locais que concentram os principais pontos de informações relacionadas ao PRONATEC.

Como melhor caminho sugerido para a divulgação dos cursos PRONATEC, os caminhos escolhidos foram:

Tabela 9 - Sugestões de divulgação dos cursos do PRONATEC

Sugestões	Frequência	Percentual (%)
Não respondeu	1	7,15
Jornal impresso	1	7,15
Rádio	1	7,15
Internet	4	28,56
Rádio e Televisão	2	14,27
Facebook e TV	1	7,15
Rádio e Internet	1	7,15
Internet, Rádio e Jornais	2	14,27
Redes Sociais	1	7,15
TOTAL	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

A Internet e as redes sociais estiveram presentes em pelo menos 64,28% das respostas totais, o que mostra que esses dois meios foram considerados como as melhores estratégias de comunicação das informações referente ao programa.

Sobre o conhecimento que os egressos tinham dos detalhes do programa antes de realizar o PRONATEC, seguem os dados da tabela abaixo:

Tabela 10 - Sobre o conhecimento de detalhes do programa antes de realizar o PRONATEC

Conhecimento sobre o programa	Sim	Não	Frequência	Percentual (%)
Cursos disponíveis no Campus Panambi	57,14% (8)	42,86% (6)	14	100,00
Objetivos propostos pelo curso escolhido	42,86% (6)	57,14% (8)	14	100,00
Metodologia das aulas (forma como as aulas seriam ministradas)	28,57% (4)	71,43% (10)	14	100,00
TOTAL	-	-	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Mais da metade (57,14%) dos egressos conheciam os objetivos propostos pelo curso escolhido, entretanto dessa situação depreende-se que quanto maior as particularidades questionadas sobre o programa, maior o desconhecimento do egresso sobre esse. Essa incompreensão é mostrada no alto índice de 71,43% (10) do grupo de egressos que não tinha conhecimento de como as aulas seriam ministradas, ou seja, como os formadores iriam atingir os resultados que foram planejados para cada aula. A partir daí, acredita-se que uma melhor explicação na divulgação dos cursos e na abordagem ao público-alvo auxiliariam os futuros discentes a definir melhor o seu curso, o que poderia auxiliar na diminuição dos índices de evasão do PRONATEC, que

no período 2012-2015 foi de 48,45%. Esse tema que, apesar de não ser o foco do trabalho, tem bastante relação com a decisão/motivação do egresso em realizar o curso, com o nível de atendimento dos objetivos e expectativas de cada um antes do iniciar o curso escolhido, satisfação e empregabilidade após o curso e questões sobre a melhoria de vida/bem-estar ao se encerrar o curso.

Conforme a pesquisa de mestrado: “Desafios para a implementação do Programa PRONATEC/Osasco Sem Miséria – Proposta de Plano de Ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão”, os egressos criticaram os seguintes pontos referentes à divulgação dos cursos: informações transmitidas nem sempre foram entendidas de forma clara (ex: explicação da gratuidade para quem não conhece a instituição) e nem todos os cursos que foram ofertados foram entendidos pelos interessados. Nesse estudo também foram citados que a divulgação não é uma atividade pontual e sim como um processo de comunicação contínua com os clientes em potencial (impactar, posicionar e sensibilizar o público) e canais de divulgação escolhidos não foram os mais aderentes ao público-alvo (escolha equivocada dos canais de divulgação) (TROGIANI *et al.*, 2012).

Quando perguntado sobre o nível de conhecimento dos formadores sobre o programa PRONATEC antes de candidatar-se a vaga, as respostas foram as seguintes: 62,50 % consideraram que tinham um nível satisfatório de conhecimento e 37,50% que tinham pouco conhecimento sobre o programa, sendo que nenhum entrevistado respondeu que tinha muito conhecimento sobre o programa. Comparando com os índices dos egressos, deduz-se que os formadores possuíam maior quantidade de informações sobre os cursos do PRONATEC. Essa comparação pode ser aprofundada em outras pesquisas, buscando verificar se na hipótese de uma capacitação prévia para os formadores, sobre o público atendido pelo programa, fatores como satisfação após o curso, empregabilidade e obstáculos enfrentados pelos alunos poderiam desse modo apresentar melhores indicadores.

Sobre o que levou o egresso a fazer o curso do PRONATEC, seguem as respostas abaixo:

Tabela 11 - Motivação para realizar o curso do PRONATEC

Meio de conhecimento	Frequência	Percentual (%)
Única opção de ensino profissionalizante dentro dos seus interesses	6	42,86%
Necessidade de estudo/aperfeiçoamento	6	42,86%

Maior oportunidade de promoção no trabalho	5	35,71%
Maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho	2	14,29%
Outras	“Melhora do planejamento das plantas no trabalho (Jardineiro)”; “Curiosidade; imenso interesse em aprender a língua alemã” “Firmar conhecimento que já tinha e aperfeiçoamento”	

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Sobre essa questão o respondente tinha a opção de marcar uma alternativa ou as 4 primeiras que foram propostas. Esse é um questionamento que foi elaborado com o intuito de responder um dos objetivos da pesquisa. Entre as quatro alternativas que o egresso tinha para optar, percebeu-se que poucos indivíduos, 14,28% dos egressos (2) entenderam que o programa oferece maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho, que é um dos principais objetivos do curso, e 42,86% (6) deles responderam que o que motivou a realização do curso foi a necessidade de estudo/aperfeiçoamento e/ou por ser a única opção de ensino profissionalizante dentro dos seus interesses. Depreende-se daí, que uma parte dos egressos acredita, em nível quase três vezes maior, que o curso foi uma oportunidade de qualificação profissional para o mercado de trabalho maior do que a chance de obter nova vaga no mercado do trabalho.

De acordo Ananias (2015) com a dissertação de mestrado: “O significado do curso do PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso do programa”, uma das motivações dos egressos para realizar o curso escolhido no município de Itaara- RS, foi a seguinte: “é uma chance por causa que a maioria do pessoal é de baixa renda e não tem condições de pagar um curso particular” (ANANIAS, 2015, p.93), foi a consideração de uma das participantes. Como a tabela 11 tratou das questões específicas sobre qualificação/ empregabilidade, não foi questionada a questão da gratuidade dos cursos do programa, que é citada por alguns estudos como razão para que os indivíduos escolham o programa. Nessa pesquisa os benefícios vale-alimentação e vale transporte, vantagens que fazem parte da iniciativa Bolsa-Formação foram também consideradas um estímulo para o aluno seguir e finalizar o curso, entretanto não foram considerados como motivação para realizá-los (ANANIAS, 2015).

Sobre a mesma pesquisa, outra motivação que fez com que o curso fosse buscado pelos egressos foi a qualificação profissional, principalmente quando o jovem não estava empregado. Em outra citação sobre empregabilidade um dos entrevistados disse o seguinte: “Foi o período que eu fiz o curso. Terminei de receber o seguro desemprego e eu já consegui o novo serviço, conforme consideração relatado por um participante.

Sobre os formadores, em relação ao atendimento das expectativas dos egressos do PRONATEC, as questões: oportunidade de estudo/aperfeiçoamento técnico para o mercado de trabalho; conciliação dos interesses profissionais com os objetivos do curso escolhido; aumento da oportunidade de inserção no mercado de trabalho e maior oportunidade de promoção no trabalho, que poderiam atingir nota máxima 10,00 na avaliação geral, tiveram nota média geral de 6,14, que conforme classificou a questão representou que para os formadores, as expectativas do PRONATEC em relação aos egressos foram/ estão sendo bastante atendidas.

Os formadores descreveram diversas motivações para ministrar aulas nos cursos do PRONATEC, essas razões encontram-se na Tabela 12:

Tabela 12 - Interesse em dar aulas para os cursos do PRONATEC

Tipo de interesse	Frequência	Percentual (%)
Valor da bolsa oferecida	5	62,50
Melhoria do currículo	2	25,00
Desafio profissional	1	12,50
TOTAL	8	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Nota-se que o desafio profissional e a melhoria do currículo vieram como segunda e terceira prioridade, respectivamente, o que mostra que a melhora do currículo lattes e o estímulo em ensinar não é tão grande quanto a remuneração recebida ao ministrar as aulas. Por meio desse contexto, pode-se entender que para que exista uma motivação maior em momentos críticos que serão enfrentados pelos formadores em sala de aula, as estratégias do PRONATEC e da instituição podem ser revisadas para que os resultados finais do programa sejam otimizados.

No artigo “o trabalho docente no PRONATEC: desafios de política da educação profissional” Ramos e Macedo (2016) revelam que o primeiro elemento que chamou atenção na pesquisa foi o fato dos 60% docentes pesquisados, suficientemente qualificados, não terem participado da construção da proposta do PRONATEC nos

campi em que trabalham. Tal experiência expressa as marcas de gerencialismo na educação, uma vez que combina a centralização e a descentralização das ações realizadas. (RAMOS; MACEDO, 2016)

Ramos e Macedo (2016) descrevem a motivação dos formadores, ou seja, o que o levou os formadores a atuar no programa, foi a seguinte: atração por poder contribuir com o processo de inclusão social por meio da educação profissional (55%), pela renda extra (25%) e o restante (20%) por motivação não especificada. Esses dados podem levar ao entendimento de que os formadores do IFFar não visualizaram tantas vantagens em aperfeiçoar seus conhecimentos, por meio da troca de experiências que podiam ter usufruído no dia a dia das aulas com os alunos

Sobre se o curso do PRONATEC atendeu os objetivos e expectativas de cada egresso, 92,86%, 13 deles responderam que “sim” a essa pergunta e um (1) respondeu “não”. Na única resposta “não” do questionário, o egresso (e5) descreveu o seguinte “aulas fracas, muita apostila, esperava mais do curso em si”. Sobre as respostas “sim”, as que se destacaram foram as seguintes: “em razão de ser pedreiro, o curso de jardineiro me agregou para que pudesse ter mais chances na floricultura que trabalho” (e4). “Porque foi útil o que aprendi” (e7). As duas respostas positivas acima podem se encaixar na “necessidade de estudo/aperfeiçoamento” ou na “maior oportunidade de promoção no trabalho”.

Pode-se notar que o curso foi referenciado pelos egressos como agregador de conhecimento, gerou um aproveitamento satisfatório, o que é comprovado pelos índices da Tabela 13 onde mostrou-se “a necessidade de estudo/ aperfeiçoamento” (42,86%) pelo egresso, sendo que a opção “única opção profissionalizante dentro de seus interesses” também recebeu o mesmo percentual. A primeira resposta pode significar que se as ofertas dos cursos forem estrategicamente oferecidas pelos gestores, demandantes e ofertantes do programa, essa política social poderia ter mais chances de atrair o público almejado, melhorando os índices do itens citados anteriormente. Um ponto importante a se destacar, é que, por exemplo, um bom número de sujeitos argumentou que decidiu realizar o curso, em razão de não haver nenhuma outra opção desejada, o que pode significar que o curso escolhido não era tão desejado pelo aluno. Conforme citado por um formador, ainda houve alguns alunos que iniciaram os cursos com um motivo distorcido do que é o objetivo do programa, na parte do questionário que trata de ações no combate a evasão um dos formadores respondeu: “Muitos alunos só se inscreviam para ganhar a bolsa auxílio” (f3), infere-se que se houvessem mecanismos

de controle avaliativo do programa, esse tipo de problema poderia ser reduzido.

Para a maioria dos formadores, 75,00% (6) acreditam que o curso em que ministrou aulas atendeu seus objetivos e expectativas e para 25,00% (2) esses objetivos e expectativas não foram atingidos. Como confirmação da questão anterior relativa ao atendimento dos objetivos dos egressos, foi perguntado se o PRONATEC consegue oferecer o que promete, apenas um respondente afirmou que o PRONATEC não cumpre o que promete, o restante respondeu que “sim”. Para os que responderam “sim”, as respostas estão descritas a seguir: “Tanto na área prática quanto teórica o professor tinha muito conhecimento” (e1); “Por disponibilizar um trabalho de aperfeiçoamento de qualidade”; “Pela qualidade das aulas, professores didáticos” (e5); “Porque se sentiu bastante valorizado durante o curso” (e6). Esse cenário demonstra que a relação formador-aluno construiu conhecimento aplicável no mercado de trabalho, fazendo com o curso reproduza resultados socioeconômicos aos envolvidos, seu objetivo maior.

Quanto ao programa cumprir seus objetivos, ou seja, “cumprir o que promete”, para 75,00% (6) dos formadores o programa cumpre seus objetivos e para 25,00% (2) o programa não cumpre seus objetivos. Dentre os que responderam que o programa cumpre seus objetivos, destacam-se as seguintes respostas: “Oportuniza qualificação nos diferentes espaços, gratuitamente” (f7); “[...] consegue atingir um número significativo de estudantes para o seu aperfeiçoamento profissional” (f4); “Proporciona oportunidade de estudo a pessoas das mais diversas idades em municípios com poucas opções de ensino” (f6).

Dentre os que responderam que o programa não cumpre seus objetivos destacam-se as seguintes respostas: “A maioria dos estudantes estavam presentes apenas para ganhar a bolsa formação”. (f1); “Eu penso que os cursos deveriam ter maior duração, ou seja, carga horária para assim possibilitar uma melhor formação profissional aos alunos”. (f3)

Não há como desvincular a questão da evasão dos egressos com o que esse sujeito espera, motiva a optar pela realização de um curso do PRONATEC. A partir de um estudo feito por Lozano (2012), entre 8 medidas sugeridas para combater a evasão evidenciou-se algumas como: desenvolver professores que consigam atender o público-alvo do programa, oferecer maiores possibilidades de curso a noite para os que trabalham durante o dia e manter um processo de gestão dos alunos matriculados (acompanhamento e diminuição dos índices de evasão), faz com que os cursos aumentem a qualidade do corpo de docentes, com que os alunos se interessarem mais e

haja análise adequada do desempenho desses, assim a tendência é que eles permaneçam mais tempo estudando, podendo concluir seus cursos (FRANCO *et.al apud* Lozano, 2012).

Sobre a mesma pesquisa que classificou os alunos quanto aos aspectos de melhoria requisitados pelos mesmos, as respostas foram divididas em quatro pontos: proporcionar antes da escolha do curso, meios de o candidato conhecer melhor a área de atuação (21,50%); aumentar o valor da bolsa auxílio (10,80%); oferecer acompanhamento intensivo aos alunos e (9,20%) e proporcionar mobilidade do aluno, por exemplo, em relação ao turno do curso (58,50%) (FRANCO *et.al*, 2012).

Neste estudo, quando questionados, sobre se voltariam a fazer cursos do PRONATEC, apenas dois egressos responderam que não. Entre os argumentos das respostas, o destaque para o que respondeu “não” foi: “para mim não trouxe o conhecimento que eu esperava, e com o curso não entrei para o mercado de trabalho” (e13) e dois que responderam “sim” citou: “Esses cursos ampliam o conhecimento nos aperfeiçoando para buscarmos melhorar na profissão” (e9) “Por que são cursos de qualidade” (e14).

Sobre voltar a dar aula no PRONATEC; 62,50% dos formadores voltariam a ministrar aulas no programa; 12,50% não; 12,50% dos formadores até ministraria, dependendo da disciplina. O restante (12,50%) não respondeu a essa questão. Ressaltando, o índice de quem ministraria novamente aulas para o programa é a mesma taxa dos que ministraram aulas em razão do valor da bolsa oferecida.

Apesar do índice de evasão, no período 2014-2015 da unidade de Panambi, ter sido de 48,45%, 62,50% dos formadores responderam não ter conhecimento de nenhuma ação por parte da reitoria ou do *campus* para evitar a evasão dos cursos e 37,50% disse ter conhecimento desse tipo de ação, havendo as seguintes justificativas para essa última resposta: “O campus entrava em contato com os alunos evadidos para saber o motivo da evasão”. (f3); “Existe o programa de permanência para todos os cursos” (f7).

Entre a(s) ação(ões) sugerida(s) que poderia(m) trazer os melhora(s) resultado(s) no combate à evasão, as principais respostas dos formadores foram: “Pagamento em dia das bolsas”. (f2); “Melhor divulgação dos cursos e seleção dos inscritos. Muitos alunos só se inscreviam para ganhar a bolsa auxílio” (f3); “No caso do público que ministro aula, uma das ações seria direcionar as pessoas que realmente tenham interesse na temática (técnico em nutrição e dietética), não restringindo a apenas adolescentes que

estivessem cursando o ensino médio” (f4); “Curso mais interessantes. Público mais interessado” (f5); “Os estudantes procuram aulas cem por cento práticas” (f7), são sinais que apontam para que dúvidas dos alunos em continuar os seus estudos ao longo do tempo, isso tudo também envolve questões como o processo de seleção e a metodologia das aulas, que merecem mais atenção, desse modo o PRONATEC correria menores riscos de prejuízos que comprometam o programa.

7.3 Resultado do programa PRONATEC

Tabela 13 - Situação do egresso após o encerramento do curso

Respostas	Sim/ Frequência	Não/ Frequência	Não respondeu/ Frequência	Percentual
Obteve vaga no mercado de trabalho relacionada à área de formação do curso	50,00% (4)	37,50% (3)	12,50% (1)	100,00
Obteve vaga no mercado de trabalho não relacionada à área de formação do curso	25,00% (2)	62,50% (5)	12,50% (1)	100,00
Obteve chance de promoção no seu trabalho	25,00% (2)	62,50% (5)	12,50% (1)	100,00
TOTAL	-	-	-	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

As respostas a seguir referem-se aos resultados do PRONATEC, após o encerramento do curso destacaram-se as seguintes: 35,71% (5) obteve vaga no mercado de trabalho relacionada com a área de formação do curso, 42,86% (6) não conseguiram vaga de emprego nem em área diferente da formação do curso, 7,14% (1) conseguiu, mas em área diferente do aperfeiçoamento técnico e 57,14% (8) não obteve chance de promoção no seu trabalho. Isso representa que após quatro anos para os cursos realizados em 2014 e três anos para os cursos realizados em 2015, o índice de empregabilidade dos egressos foi de 42,86%, ou seja, cerca da metade dos indivíduos conseguiram vaga no mercado relacionado a área do curso, sendo que dois (2) deles obtiveram vaga no mercado informal, ou seja, sem carteira assinada.

Fazendo uma analogia referente a Tabela 12, o mesmo percentual de empregabilidade (42,86%) se repetiu nos itens motivacionais para realização do curso: “única opção de ensino profissionalizante dentro dos seus interesses e/ou necessidade de estudo/aperfeiçoamento. O percentual total (85,72%) referente a motivação da necessidade de educação técnica, superou, os argumentos que o PRONATEC poderia

oferecer uma maior oportunidade de promoção no trabalho e/ou proporcionar uma maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho (49,99%).

Uma questão importante para se analisar é como o programa PRONATEC, um programa social relacionado a educação profissional e renda, está sendo desenvolvido e se seus objetivos estão sendo alcançados. Por isso é muito importante a avaliação dos institutos federais de educação (rede federal de educação profissional e tecnológica) como unidade de ensino que deve ter sua gestão e práticas voltadas para efetividade do programa e dos cursos dentro realizados. Essa avaliação é fundamental para que a gestão de qualquer política pública permita um enfoque no mercado de trabalho, assim melhorando a capacitação e empregabilidade do egresso (DE SOUZA, 2015).

A avaliação dos cursos se torna mais efetiva quando a participação do egresso acontece. O monitoramento dos cursos pode acontecer de diferentes maneiras, entretanto, é o egresso que vivencia a realidade do mercado de trabalho e é quem melhor pode apontar o que em sua formação contribui para sua carreira e vida profissional. Sem contar que tratar apenas com dados secundários, onde são indicados números de matrículas, aprovados e evadidos, como tem sido feito, não evidencia a qualidade de um curso (DE SOUZA, 2016).

Esse contexto pode representar que de nada adianta em tratar politicamente dados de gestão do programa, se não houver por parte dos demandantes e ofertantes do curso no sentido de dialogar com futuros alunos, egressos que já tiveram a experiência do programa e com a sociedade.

Sobre a qualidade dos cursos também é importante ressaltar que alguns autores mostram muitas dúvidas a respeito dessa questão, conforme mostrado no capítulo sobre “Ensino Técnico e mudanças atuais”. A primeira reflexão que pode ser feita seria, conhecer qual os efeitos socioeconômicos que o aluno vislumbra durante antes e após a realização de um curso; a segunda, procurar saber qual a expectativa de empregabilidade que o egresso teria, após uma formação tão curta que almeja preparar profissionais para que alcancem um posto no mercado de trabalho e por último, compreender se a metodologia do curso está sendo a mais adequada para atingir as expectativas dos formadores e dos egressos.

Sobre o a melhora da qualidade de vida do egresso após o encerramento do curso, segue a tabela:

Tabela 14 - Melhora da qualidade de vida do egresso após curso

Variável	Sim/ Frequência	Não/ Frequência	Não respondeu/ Frequência	Percentual (%)
Educação	85,72% (12)	7,14% (1)	7,14% (1)	100,00
Renda	42,86% (6)	35,71% (5)	21,43% (3)	100,00
Trabalho	64,29% (9)	14,28% (2)	21,43% (3)	100,00
Saúde	42,86% (6)	28,57% (4)	28,57% (4)	100,00
Lazer	50,00 (7)	21,43% (3)	28,57% (4)	100,00
Convívio social em geral	78,57% (11)	7,14% (1)	14,29% (2)	100,00
TOTAL	-	-	-	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Quando são avaliados os itens que correspondem a pontos relacionados a qualidade de vida de cada egresso, destacaram-se positivamente a educação, convívio social em geral e o trabalho, que representaram respectivamente 85,72%, 78,57%, 64,29% e das respostas dos egressos. As variáveis que receberam menor melhoria por parte dos egressos foram renda e saúde, com 42,86% respectivamente.

Isso mostra que os mesmos 42,86% (6) dos egressos que sentiram necessidade de estudar/ aperfeiçoar-se de acordo com a Tabela 11, representando que acreditam que também a sua renda evoluiu após o curso. Outra questão que ficou clara nas Tabelas 15 e 16: a educação e renda receberam percentuais maiores de resposta do que os relativos a estudo/aperfeiçoamento da Tabela 11. O convívio social em geral foi muito bem avaliado pelos egressos, que perceberam uma melhora de 78,57% nesse sentido, o que significa que além dos cursos educarem profissionalmente, que esses egressos também avaliaram os mesmos como de grande importância, em razão do convívio social e troca de experiências entre os colegas.

A necessidade de auxílio na aprendizagem dos conhecimentos é natural para qualquer indivíduo normal, pois é imprescindível que ele seja ensinado, por meio de práticas de outras pessoas, como forma de agregar novos conhecimentos ou desenvolver os que ele já possui. Baseado nisso, o formador deve exercer a função de incentivador desses conhecimentos na tentativa da integração entre essas diferentes condições sociais (LOPES; PASCHOAL, 2015).

Sobre as crenças relacionadas ao progresso relativo ao bem-estar de cada egresso após a realização do curso, os formadores responderam de acordo com a Tabela 15:

Tabela 15 - Questões relacionadas a melhora da qualidade de vida do egresso após o encerramento do curso segundo os formadores

Variável	Percentual (%)- SIM	Percentual (%)- NÃO	Percentual (%)- TOTAL
Educação	83,33	16,67	100,00
Renda	50,00	50,00	100,00
Trabalho	66,66	33,34	100,00
Saúde	33,33	66,67	100,00
Lazer	16,66	83,34	100,00
Convívio social em geral	83,34	16,66	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Fica claro conforme nessa tabela que as questões: convívio social em geral, educação, trabalho e receberam as notas de maior expressão, ficando com 83,34%, 83,33% e 66,66% respectivamente. Portanto nota-se que os índices de renda e saúde ficaram entre os de menor progresso 50,00% e 33,33%. O convívio social ficou em primeiro lugar na questão do progresso social, mostrando que o pensamento dos formadores e dos egressos neste campo, estão alinhados. Constata-se, assim, que as avaliações dos formadores estão em sintonia com aquelas realizadas pelos egressos.

Quando os egressos foram questionados se o PRONATEC contribuiu/contribui para sua atuação profissional, 50% (7) deles disseram que sim, 14,29% (2) responderam que não e 35,71% (5) não responderam a essa questão. Entre as respostas “sim” destacaram-se: “Pode contribuir, pois já houve propostas de trabalho” (e1); “Foi fundamental porque disseminou os conhecimentos do curso no meu trabalho atual” (e5); “Forma de agir e me comportar no trabalho a ser desenvolvido”. “Sim, pois sempre tive interesse em fazer libras, e o Pronatec proporcionou isso” (e9).

Após o encerramento do curso, dentro das expectativas dos egressos, 42,86% (6) notaram modificações relacionadas à sua renda conforme a “Tabela 14”, 42,86% (6) não notaram e 14,28% (2) não responderam. Deve-se ponderar que na época da pesquisa 50,00% (7) egressos estavam trabalhando na área dos cursos que realizaram, ou seja, esses tiveram a sua renda modificada após a realização do curso. Um dos egressos que respondeu “não” ao aumento da renda, citou o seguinte: “Não, como já mencionei, para trabalhar na área eram necessárias mais horas de curso (e9)”.

Em relação ao que o PRONATEC contribuiu/ contribui para a atuação profissional dos formadores, as respostas mais significativas foram: “pelo desafio em dar aula para pessoas afastadas a bastante tempo da sala de aula.” (f1); “Sim através do curso os alunos aumentam seus conhecimentos, habilidades e atitudes”. (f2); “A partir

das aulas ministradas no PRONATEC melhorei minha atuação profissional, procurei fazer novos cursos de atualização profissional”. (f3); “Com certeza, pois muitos alunos do curso cuidador de idoso estão atuando nessa área após a formação pelo PRONATEC” (f6).

Como resultado do curso, no que diz respeito à influência na vida do egresso no que tange ao convívio com outras pessoas, dados apresentados nas Tabelas 15 e 16, e na “questão 3e” foram mostradas respostas mais detalhadas, descritas a seguir. Para 57,14% (8) dos egressos o curso escolhido teve influência no convívio com a família, entretanto para 35,72% (5) não e 7,14% (1) não respondeu a essa questão. Já para 64,29% (9) teve influência no convívio com os colegas de trabalho, porém para 28,57% (4) não e 7,14% não respondeu (1). Para 42,86% (6) teve influência no convívio com o chefe, no entanto para 35,71% (5) não e 21,43% (3) não responderam. Essa questão reforça claramente, que o curso exerce papel importante no progresso de convívio com os colegas de trabalho, família e até mesmo com o chefe no trabalho.

Tratando-se das dificuldades, as respostas em destaque citadas dos egressos foram: “Período de curso- noturno difícil de administrar em razão do trabalho”; “por nunca ter feito um churrasco, mas tendo um professor de qualidade tudo fica mais fácil” (e1); “A única dificuldade de que senti foi em relação ao deslocamento, mas como tinha carro, não teve problema. A infraestrutura do campus era excelente” (e9) e três (3) dos egressos citaram não terem enfrentado nenhum tipo de dificuldade. Evidencia-se que nessa questão alguns fizeram elogios ao curso em vez de apresentar os obstáculos enfrentados.

Relativo à pergunta sobre as maiores dificuldades de aprendizado enfrentadas pelos alunos, os formadores responderam:

Tabela 16 - Maiores dificuldades de aprendizado enfrentadas pelos egressos

Variável	Frequência	Percentual (%)
Dificuldade no aprendizado	8	57,14
Não atratividade pelas aulas	-	-
Excesso de ausências em aula	3	21,43
Outra	3	21,43
TOTAL		100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

Sobre o itinerário formativo (caminho percorrido pelo estudante dentro do

mesmo eixo de ensino e que possibilita ao egresso dar continuidade a sua trajetória profissional), 50% (7) dos egressos considerou que foi orientado(a)/motivado(a) pela instituição a continuar seus estudos na área do curso que realizou- relacionado ao itinerário formativo e 35,72% (5) que não foi orientado(a)/motivado(a) a continuar seus estudos na área do curso que realizou- relacionado ao itinerário formativo. Por fim 14,28% (2) dos egressos não responderam a essa questão.

Tendo em vista que mais de um terço dos egressos não ter sido orientado sobre a continuidade que poderia ser dada a sua trajetória profissional, ou seja, continuar estudando no mesmo eixo, entende-se que, a política de orientação da instituição pode ser revista nesse sentido. Além disso, é importante ouvir os estudantes quanto à sua percepção dos cursos oferecidos sendo a sua opinião valiosa para verificar se os cursos estão sendo planejados e estruturados adequadamente.

Essa questão também merece um estudo mais aprofundado, pois na época da pesquisa, dos cursos que foram realizados no *campus*, havia apenas um curso técnico subsequente que possuía relação direta com as áreas dos cursos do PRONATEC que estavam sendo realizados, que era o curso de Técnico Subsequente em Alimentos. Essa informação acaba mostrando que a instituição poderia rever o planejamento dos seus cursos como forma de apuração se os cursos técnicos escolhidos estão oferecendo a qualificação necessária para que esses sujeitos pudessem ser inseridos da melhor maneira no mercado de trabalho.

Sobre os dois posicionamentos possíveis dos formadores com relação à orientação educacional dos egressos após a conclusão do curso, observa-se os dados apresentados na Tabela 17:

Tabela 17 - Crença dos formadores sobre orientação educacional do egresso após a conclusão do curso

Variável	Frequência	Percentual (%)
Foi orientado(a)/motivado(a) pela instituição a continuar seus estudos na área do curso que realizou- relacionado aos itinerários formativos.	10	71,43
Não foi orientado(a)/motivado(a) a continuar seus estudos na área do curso que realizou.	-	-
Não sei	2	14,28
Formador não se considerou apto a responder essas questões	2	14,28
TOTAL	14	100,00

Fonte: dados coletados pelo pesquisador

É primordial que antes de pensar em estratégias de implantação do itinerário formativo que será seguido pelos estudantes, que se diminua o nível de evasão do programa, para que desse modo existam reais chances do egresso continuar seus estudos na unidade de Panambi. Motivos citados pelos formadores como: “Melhor divulgação dos cursos e seleção dos inscritos. Muitos alunos só se inscreviam para ganhar a bolsa auxílio” (f3) e “Os estudantes procuram aulas cem por cento práticas” (f7).

As questões referidas são pontos que merecem maior análise por parte da instituição para que sejam melhorados ou resolvidos. Um dos pontos para diminuição da quantidade de pessoas que fazem os cursos pelo retorno financeiro poderia ser: uma comunicação mais esclarecedora de como realmente funciona o curso e o que ele pode proporcionar para cada um dos integrantes, para que o público mais adequado pudesse ser atendido. Outra, que a seleção fosse mais criteriosa, entrevistando o candidato no sentido de conhecer o as motivações e expectativas para realização do curso e por último que houvesse o máximo de aulas práticas visando o fortalecimento técnico voltado para o mercado de trabalho, assim as chances do estudante continuar estudando no campus poderiam ser maiores.

Quando questionados sobre se adquiriu o conhecimento que esperava durante o curso, 92,86% (13) dos egressos consideraram que sim, mesmo que apenas 42,86% terem conhecimento dos objetivos do curso e 28,00% do tipo de metodologia que era aplicada em aula, por último, 7,14% (1), disseram que não. Entre as respostas “sim” destacam-se as seguintes: “Porque eu aprendi práticas profissionais no processo de assar carne” (e2); “Porque me dediquei ao curso e sei que o mercado de trabalho é bom” (e4). Essa informação mostra que um dos egressos adquiriu habilidades técnicas necessárias para o mercado de trabalho e o outro entrevistado que aprendeu o sistema de Libras, mas esse criticou dizendo que o curso deveria ser de longo prazo entretanto foi realizado em um curto prazo, ponto ressaltado nas sugestões.

Sobre se os egressos conseguiram praticar no seu trabalho o que aprenderam de técnicas profissionais no curso, 64,28 % (9) responderam que sim; 14,29% (2) que não, 7,14% (1) que não se enquadra e 14,29% (2) não responderam a essa questão. Dois dos egressos que responderam “sim” complementaram a questão da seguinte maneira: “Melhorou o cuidado e a questão do paisagismo das plantas e a produtividade dos alimentos (e5)”; “Ensinei músicas em libras para meus alunos (e1)” e aprendeu a “técnica da carne de galinha” (e4). Esses comentários foram reforçados nas sugestões

das aulas práticas.

7.4 Sugestões para o programa PRONATEC

A respeito das sugestões requisitadas pelos egressos, seguem os resultados abaixo:

- Duração do programa: três (3) egressos descreveram que se o curso oferecesse uma carga horária maior, haveria melhor aproveitamento do curso; (5) não responderam a questão e três (3) responderam de maneira errada essa pergunta, ou seja, não responderam o que foi pedido, acabaram elogiando o curso realizado. Entre as respostas dos egressos destacam-se como sugestão: “Carga horária maior” (e9); “Maior tempo para melhor aproveitamento” (e11); “Deveria haver aulas com mais frequência” (e4); “Três anos no mínimo de curso” (e13); “No caso do curso de alemão deveria ser maior o prazo, e também deveria ter continuidade nos níveis, por exemplo, nível alemão A1, A2, B1, B2” (e12).

Atividades práticas do programa: dois (2) egressos sugeriram que se houvesse maior contato com pessoas da área para as atividades práticas o aprendizado seria melhor e um (1) deles sugeriu que houvesse mais aulas práticas no curso e três (3) não responderam. Entre as respostas dos egressos destacaram-se: “Contato com pessoas da área para a prática do que aprendemos” e “Poderia ter mais aulas práticas;

Sobre as atividades teóricas do programa: todos (8) egressos que responderam esse item da pesquisa, não responderam o que foi pedido e seis (6) não responderam a essa questão. Entre as respostas realizadas erroneamente dos egressos destacam-se: “Muito boas” e “Bastante material”;

Sobre as avaliações realizadas pelos professores: neste quesito nenhum egresso respondeu corretamente. Também entre as respostas errôneas dos egressos destacam-se: “Ótimas”; “Muito dinâmicas”, ou seja, fizeram elogios em vez de sugestões como no questionamento anterior e um fez crítica “Professores na área se não, não!” (e7).”

Sobre a qualidade das aulas: dois (2) egressos declararam que se o curso fosse mais completo, traria mais qualidade para a formação de quem os cursou, dois (2) responderam essa pergunta de maneira errada e sete (7) não responderam. Entre as respostas dos egressos destacam-se: “Fazer um curso mais completo”; “Que o curso fosse mais completo”; “Abrangesse mais assuntos” “Muitos professores não têm conhecimento na área: floricultura, jardinagem não é hortifrutigranjeiro. Perde muita

qualidade” (e7); “As aulas eram 100% na qualidade” (e14).

Em relação a quatro pontos de sugestões que poderiam ter sido feitas pelos formadores, seguem abaixo as respostas consideradas mais significativas, em relação a duração do programa: “Maior carga horária” (f1); “Deveriam ao menos se de 6 meses” (f5);

Em relação às atividades práticas: “Mais recurso para atividade práticas, visitas técnicas” (f1); “Ter mais equipamentos para realização das atividades práticas” (f3); “Ensinar a fazer, é o que eles procuraram” (f7).

Em relação às atividades teóricas: “Relacionar com a prática o máximo possível” (f7)

Em relação às avaliações realizadas pelos professores: “Deveriam ser mais rigorosas” (f3); “Não tenho conhecimento, mas acredito que ela deva ser processual, acompanhando a evolução do aluno em relação ao que estão propondo a ensinar e a aprender” (f7).

Em relação à qualidade das aulas: “Interação com os alunos, principalmente através de confraternização e aulas práticas” (f4); “Aulas práticas, bem explicadas, dialogadas, considerando o conhecimento prévio de cada estudante que chega no curso, pois muitos já trabalham na área, buscam os cursos como uma forma de aprimoramento (f7)”.

Em determinadas sugestões, egressos e formadores seguiram a mesma linha de raciocínio nas suas respostas: ambos entenderam que os cursos deveriam ter um prazo e uma carga horária maior; que deveria haver mais aulas práticas, especialmente com profissionais da área e que mais recursos deveriam ser destinados para essas, isso foi reforçado no excerto sobre as sugestões relacionadas às atividades teóricas, onde um dos formadores argumentou: “Relacionar com a prática o máximo possível” (f7)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual que vivemos educação e emprego são temas de constantes debates e que merecem toda a atenção por fazerem parte do cotidiano de cada cidadão. A educação e o trabalho são direitos sociais que devem ser desenvolvidos por meio de políticas públicas, por possuir entre seus objetivos, além da elevação da escolaridade, a geração de renda, fomentando assim uma melhor qualidade de vida a cada sujeito.

A educação profissional e tecnológica ganhou amplitude e destaque com a criação dos institutos federais e a posterior implementação nestes do PRONATEC. Assim foi possível expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e ampliar oportunidades educacionais, visando não só atender jovens em idade escolar, mas também aqueles que de alguma maneira ainda careciam de maior qualificação e buscavam a inserção no mercado de trabalho.

O presente estudo foi realizado mediante pesquisa bibliográfica e questionários realizados com intuito de atender os objetivos propostos. Na pesquisa bibliográfica realizou-se análise geral sobre o histórico dos programas de qualificação profissional e particularidades do ensino profissional, mundo do trabalho e mercado de trabalho. Por meio do histórico se pode notar as diferentes visões sobre as políticas públicas de trabalho e renda estudadas e sua evolução e nas outras partes verificou-se em diferentes contextos como o indivíduo pode se inserir no cenário laboral atual.

O foco principal do trabalho foi a análise social e econômica dos egressos do PRONATEC, que por meio de considerações avaliaram o curso mediante questionários embasados cientificamente. Algumas questões destacaram-se:

Um dos aspectos socioeconômicos referentes ao PRONATEC pode ser notado na parceria que o *campus* possui com a Cruz Azul de Panambi, pois por meio dos cursos foi possível perceber a quantidade de ofertas oportunizadas a um grupo de pessoas que se encontrava em situação de vulnerabilidade social na época. Os beneficiados mostraram dar bastante valor aos cursos devido a diversos motivos como: qualidade das aulas e dos formadores; oportunidade de aperfeiçoamento e maiores chances de inserção no mercado de trabalho.

O primeiro dos objetivos atendidos pelo trabalho ocorreu quando os egressos responderam as suas motivações para fazer o curso. Entre as causas principais que foram citadas para realizá-lo estão: necessidade de estudo/aperfeiçoamento e maior oportunidade de promoção no trabalho. Destaca-se também que o motivo “única opção

de ensino profissionalizante dentro dos seus interesses” ficou entre as respostas mais citadas, em relação a mesma questão, corroborando com a ideia de que a maioria dos interessados, antes de realizar os cursos, demonstraram não ter conhecimentos dos mesmos em questões referentes aos objetivos propostos e metodologias oferecidas.

Em relação ao segundo objetivo que foi satisfeito por meio da comparação expectativas e objetivos entre egressos, formadores e programa, foram encontradas algumas semelhanças nas respostas. A correspondência nas respostas de egressos e formadores foi verificada nos pontos relacionados ao prazo dos cursos, pois ambos entenderam que os mesmos deveriam ter um prazo e uma carga horária maior; que também deveria haver mais aulas práticas, especialmente com profissionais da área e que mais recursos deveriam ser destinados para essas ações. Em relação ao terceiro e quarto objetivo as repostas foram suficientes para atender os objetivos pois tanto opiniões sobre o programa oferecido na unidade de Panambi como os resultados socioeconômicos que esses geraram foram alcançados por meio dos questionários respondidos.

Sobre o meio de divulgação dos cursos, notou-se claramente que o contato boca a boca teve parcela significativa de contribuição no momento de comunicar aos interessados a existência dos cursos PRONATEC, sendo que nesta questão a Internet e as redes sociais foram os meios mais citados de divulgação para os próximos cursos que vierem a ser ofertados.

A evasão, que possui relação direta com os objetivos propostos na pesquisa, tem influência nos índices socioeconômicos produzidos pelo PRONATEC. É interessante aludir que praticamente um em cada dois que se matriculam não encerram os cursos por diversos motivos como: reclamação da ausência de aulas práticas, informação que foi confirmada pelos formadores participantes da pesquisa, que explicitaram que a divulgação e seleção dos cursos deveria ser realizada de maneira diferente da atual para que desse modo, os cursos fossem direcionados para indivíduos realmente interessados no curso escolhido.

Outro dado que chamou a atenção foi o baixo percentual de respostas relacionadas a “maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho”, motivação citada por alguns ao responder a pergunta sobre o que levou cada um a realizar o curso. Isso pode explicar as críticas tanto dos egressos quanto dos professores, relacionadas ao tempo de duração dos cursos FIC oferecidos, que acabam sendo insuficientes as demandas tanto do mercado quanto dos egressos, por serem realizado em prazo muito

curto, trazendo como consequência a dificuldade desses participantes obterem vaga no mercado de trabalho.

Como forma de aperfeiçoamento do programa no *campus* analisado, seguem algumas sugestões que entende-se serem pertinentes: revisão do planejamento estratégico (PDI) da unidade no que se refere a ações que podem ser tomadas no sentido de divulgar e explicar de maneira mais clara e com linguagem de melhor entendimento as informações sobre os cursos (ex: metodologia e objetivos oferecidos); verificar junto a administração federal do programa maneiras de melhora no processo de seleção de candidatos para que os recursos investidos sejam melhor direcionados; oferta de curso de ambientação para os formadores no intuito de preparar e definir ajustes que podem ser colocados em prática antes do início das aulas.

REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Lucas Andrade. **O significado do curso do PRONATEC e a inserção no mercado de trabalho do jovem egresso do programa**. 2015. 136 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015. Disponível em:
<<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/7224/ANANIAS%2C%20LUCAS%20ANDRADE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- ASCOM- Assessoria de Comunicação. **Instituto Federal Farroupilha**. Panambi, 2015. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/institucional-pb>>. Acesso em: 21 mai. 2017.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Ed. 70, Coimbra- Portugal, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 2.208 de 1997**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 29 out. 2017.
- _____. PARECER CNE/CES 436/2001 de 06/04/2001 – HOMOLOGADO. **Despacho do Ministro em 5/4/2001**, publicado no Diário Oficial da União de 6/4/2001, Seção 1E, p. 67. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Resolução CNAS nº 18, de 24 de maio de 2012**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Gustavo/Downloads/CNAS%202012%20-%2020018%20-%202024.05.2012\(b\)%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Gustavo/Downloads/CNAS%202012%20-%2020018%20-%202024.05.2012(b)%20(1).pdf)> Acesso em: 29 out. 2017.
- _____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Resolução nº 33, de 28 de novembro de 2011**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2011/cnas-2011-033-28-11-2011.pdf>> Acesso em: 28 out. 2017.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002**. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP032002.pdf>> Acesso em: 19 out. 2017.

_____. GOVERNO DO BRASIL. **Surgimento Das Escolas Técnicas**. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Lei 9394 de 20 de dezembro 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Lei 11.892, de 29 de dezembro 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2008 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm>. Acesso em: 25 jun 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Itinerários Formativos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mapa da educação profissional e tecnológica- Experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=36781-a-contribuicao-pronatec-expansao-educacao-profi-brasileira-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 21 fev. 2017.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Informações para alunos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mediotec/perguntas-frequentes-mediotec>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Informações para instituições**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/mediotec/informacoes-para-instituicoes-mediotec>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**- Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2015.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 11.ed. Cortez, 2010

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controverso**. Revista de Ciência e Educação v. 26, n. 92, mar. 2005.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise,. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil- dualidade e fragmentação- Revista Retratos da Escola**. v. 5, n.8, p. 27-41, jan-jun. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em: 20 ago. 2017.

CRUZ AZUL. **Cruz Azul no Brasil**. Disponível em: <
<http://www.cruzazul.org.br/sobre>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CRUZ AZUL. **CT Cruz Azul Panambi**. Disponível em: <<http://www.cruzazul.org.br/centro-filiado/1/ct-cruz-azul-panambi>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2013.

DE SOUZA, Flávio Eliziário. **Ensaio**: Aval.Pol.Públ.Educ.vol.21, n.80. Rio de Janeiro jul/set. 2013.

DO CARMO, Frederico César. **Educação e qualificação profissional: uma discussão junto aos egressos do PLANFOR em MG**. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2003. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1063/1/tese.pdf>> . Acesso em: 10 jul. 2017.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho e as organizações**. 2008. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Organizações Públicas. V.5 n.9, p. 91-100 Disponível em: <
http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista9/90.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2018.

FRANÇA, Robson Luiz de. **Educação e trabalho- Políticas públicas e a formação para o trabalho**. Campinas: Alínea, 2010.

FRANCO, Jéssica Cristina Macedo et al. Disponível em:
<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_APB1501.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

FDC. **Faltam profissionais qualificados no mercado**. Disponível em:
<http://www.fdc.org.br/imprensa/Documents/2014/pesquisa_carencia_profissionais.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

GARÓFALO, Gilson de Lima; DE PINHO, Terezinha Filgueiras (Org.- organizadores), 2011. **Políticas Públicas: Limites e possibilidades**. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSSO, Cristiano Pinheiro. **Limites da flexibilização no Direito do Trabalho à luz do desenvolvimento econômico e social**. 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Marília, Marília, SP, 2007. Disponível em: <
<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/8b357c913bbfa6970d06b7356171db57.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

IFFARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)** do Instituto Federal Farroupilha. 2013. Disponível em: <
http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2015324151055989pdi_14_18pdf> Acesso em: 10 jul. 2017.

LEAL, Patrícia Feil. **Lei da Aprendizagem: política pública de desenvolvimento e transformação social**. 2017. 72 p. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social). Universidade de Cruz Alta, RS, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. n.09, 2007. CEFET-RN. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em: 06 mar. 2008.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite e SILVA, Mônica Ribeiro. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206313>> Acesso em: 19 out. 2017.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 15 set. 2008.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social, 2018. Disponível em: < <http://mds.gov.br/assuntos/progredir/o-que-e-e>> Acesso em: 07 jan. 2008.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programa-de-qualificacao-profissional/>> Acesso em: 10 jul. 2007.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego, 2018. **Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ: 2003-2007**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.sine.rn.gov.br/Conteudo.asp?>>. Acesso em: 23 mar. 2007.

MTE. **RESOLUÇÃO Nº 333, DE 10 DE JULHO DE 2003**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-333-de-10-de-julho-de-2003.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PASCHOAL, Wlamir; LOPES, Mario Marcos. **A avaliação no ingresso em busca de um aprendizado homogêneo**. v.2, n.1. Guarulhos, SP, 2015.

PASTORE, José. **Educação, trabalho e desenvolvimento**. Revista USP n.100. São Paulo, 2014.

PASTORE, José. **O futuro do trabalho no Brasil e no mundo**. Revista Fórum A Escola Básica e o Mercado de Trabalho. v. 6, n. 65, p. 31-38, 25-29 out. 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2008/1977>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

PEIXOTO, Patricia Ebani. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil**. 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em Política Social)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2008. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Do%20PLANFOR%20ao%20PNQ.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes - Campos. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003. Disponível em: <https://cidades.ucam-campos.br/wp-content/uploads/2012/10/luiz_augusto_caldas_pereira.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2017.

POCHMANN, MARCIO. **Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?** Revista Educação e Sociedade. Mai-Ago. 2004. Disponível em: <http://construcwww.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215005>. Acesso em: 13 fev. 2018.

POCHMANN, Márcio. **Mudanças na educação e a formação profissional**. Revista Trabalho & Educação. N.6, p. 47-71. 2000. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7556/5847>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

RAMOS, Moacyr Salles; MACEDO, Jussara Marques de. **O trabalho docente no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: desafios de política da educação profissional**. v.9, n.2, p. 149-173. jun/dez 2016. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/revistappp/article/view/2048/1032>> Acesso em: 19 out. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. **Sobre o debate da falta de mão de obra qualificada no Brasil**. p. 48. dez/ 2012 Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_24/2013/08/29/409/20130829160916182383i.pdf> Acesso em: 24 out. 2017

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. Cortez, 2007 ed. rev.- revista e atualizada.

TROGIANI, Caio de Resende. **Desafios para a implementação do Programa PRONATEC/Osasco Sem Miséria – Proposta de Plano de Ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10034/19_09_12_MPGPP_SDTI_PMO_RelatorioFinal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 ago. 2017.

WOLECK, A. **O trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva histórica**. Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação. n.1, p. 33-39 Disponível em: <<http://www.iesc.ufrj.br/cursos/saudetrab/trabalho%20ocupa%E7%E3o.pdf>> Acesso

em: 24 mai. 2017.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO- PRONATEC DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS PANAMBI (RS)**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Pesquisador Responsável: Gustavo Oliveira Rangel - Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: gustavorangel703@gmail.com.

Orientadora: Dra. Patrícia Dall’Agnol Bianchi

OBJETIVOS: Verificar o perfil e os impactos socioeconômicos aos egressos do programa PRONATEC do Instituto Federal Farroupilha- *campus* Panambi.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Caso o Sr(a) aceite participar da pesquisa, deverá responder a um questionário sobre sua participação e repercussões do PRONATEC em sua vida. Questionário em anexo.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos e desconfortos que podem ser provocados pela pesquisa são mínimos. Caso o(a) Sr(a) sinta qualquer desconforto, tem o direito de interromper sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo.

BENEFÍCIOS: Com os resultados sociais e econômicos obtidos principalmente das respostas dos egressos, foco principal do trabalho, o estudo almeja servir de importante fonte acadêmica para futuras pesquisas na área de ensino técnico e emprego em um contexto que envolve três grupos distintos envolvidos no estudo (egressos, docentes e empresários).

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto com sua participação (entrevista). Você também não receberá qualquer tipo de remuneração pela sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Você em momento algum precisará se identificar para realizar a pesquisa e, ainda que se identifique (apondo sua assinatura no verso desse documento) sua identidade será mantida em sigilo, ou seja, você não terá, em momento algum, seu nome vinculado a pesquisa.

Gustavo Oliveira Rangel - Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Declaro que li ou foi-me lido as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado pelo pesquisador Gustavo Oliveira Rangel acerca dos objetivos do estudo, procedimentos utilizados, possíveis riscos e desconfortos, benefícios, a ausência de custos e /ou reembolsos, como também a garantia da confidencialidade da pesquisa. Ressalta-se, que após o entrevistado responder o questionário da pesquisa, uma via do TCLE ficará com o participante. Concordando ainda em participar da pesquisa, foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Cruz Alta,.....de.....2017.

(Assinatura)

Contato do CEP/ UNICRUZ:

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães- Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6- Caixa Postal 858

Bairro: Campus Universitário Prédio

UF: RS

Telefone: (55) 3322-1618
comitedeetica@unicruz.edu.br

CEP: 98.020-290

Município: Cruz Alta

E-mail:

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: **IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO- PRONATEC DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS PANAMBI (RS)**, no caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Pesquisador Responsável: Gustavo Oliveira Rangel - Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pela Universidade de Cruz Alta. E-mail: gustavorangel703@gmail.com.

Orientadora: Dra. Patrícia Dall’Agnol Bianchi

OBJETIVOS: Verificar o perfil e os impactos socioeconômicos aos egressos do programa PRONATEC do Instituto Federal Farroupilha- *campus* Panambi.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Caso o Sr(a) aceite participar da pesquisa, deverá responder a um questionário sobre sua participação e repercussões do PRONATEC em sua vida. Questionário em anexo.

RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos e desconfortos que podem ser provocados pela pesquisa são mínimos. Caso o (a) Sr(a) sinta qualquer desconforto, tem o direito de interromper sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo.

BENEFÍCIOS: Com os resultados sociais e econômicos obtidos principalmente das respostas dos egressos, foco principal do trabalho, o estudo almeja servir de importante fonte acadêmica para futuras pesquisas na área de ensino técnico e emprego em um contexto que envolve três grupos distintos envolvidos no estudo (egressos, docentes e empresários).

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Não haverá nenhum gasto com sua participação (entrevista). Você também não receberá qualquer tipo de remuneração pela sua participação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Você em momento algum precisará se identificar para realizar a pesquisa e, ainda que se identifique (apondo sua assinatura no verso desse documento) sua identidade será mantida em sigilo, ou seja, você não terá, em momento algum, seu nome vinculado a pesquisa.

Gustavo Oliveira Rangel - Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Declaro que li ou foi me lido as informações contidas nesse documento, fui devidamente informado pelo pesquisador Gustavo Oliveira Rangel acerca dos objetivos do estudo, procedimentos utilizados, possíveis riscos e desconfortos, benefícios, a ausência de custos e /ou reembolsos, como também a garantia da confidencialidade da pesquisa. Ressalta-se, que após o entrevistado responder o questionário da pesquisa, uma via do TCLE ficará com o participante. Concordando ainda em participar da pesquisa, foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Cruz Alta, de2017.

(Assinatura)

Contato do CEP/ UNICRUZ:

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães- Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6- Caixa Postal 858

Bairro: Campus Universitário Prédio

CEP: 98.020-290

UF: RS

Município: Cruz Alta

Telefone: (55) 3322-1618

E-mail:

comitedeetica@unicruz.edu.br

APÊNDICE C - Questionário para os egressos

DATA DO PREENCHIMENTO:...../...../2017 N^o _____

1. SOBRE O EGRESSO

Perfil socioeconômico:

- a) Idade: _____ anos
- b) Escolaridade:
- () Ensino Fundamental () Ensino médio completo
- () Ensino médio incompleto () Outra. Qual? _____
- c) Renda:
- () Até 1 salário mínimo (R\$ 937,00)
- () Entre 1 e 2 salários mínimos (R\$ 937,00- R\$1.874,00)
- () Entre 2 e 3 salários mínimos (R\$ 1.874,00- 2.811,00)
- Mais de 3 salários mínimos (> R\$ 2.811,00)
- d) Cidade que reside: _____
- e) Curso realizado: _____
- f) Duração do curso realizado: _____
- g) Recebimento do Bolsa- formação: () Sim () Não
- h) Você trabalha?: () Sim () Não
- i) Em qual empresa?: _____
- j) Ramo da empresa em que você atua: _____
- l) Área em que trabalha na empresa: _____
- m) Período que trabalha na empresa: _____ meses/anos
- n) Você ou algum membro da sua família é beneficiário de algum programa de social de transferência de renda? () Sim () Não

2. SOBRE O PRONATEC

a) Como ficou sabendo do PRONATEC?

Através de amigos

Pelas Rádios

Navegando pela Internet

Outro meio Qual? _____

b) Cite um ou mais de um canal de comunicação e informações que você sugere para ampliar a divulgação do programa PRONATEC?

c) Antes de realizar o curso, você tinha algum tipo de conhecimento relativo ao(s):

Cursos disponíveis no Campus Panambi: Sim Não

Objetivos propostos pelo curso escolhido: Sim Não

Metodologia das aulas (forma como as aulas seriam ministradas): Sim Não

d) O que levou você a fazer um curso do PRONATEC?

Única opção de ensino profissionalizante dentro dos seus interesses

Necessidade de estudo/aperfeiçoamento

Maior oportunidade de inserção no mercado de trabalho

Maior oportunidade de promoção no trabalho

Outras

Qual(is)? _____

e) O curso atendeu aos seus objetivos e expectativas?

Sim

Não

Por quê?

f) Você acha que o PRONATEC cumpre com seus objetivos, consegue oferecer o que promete?

Sim

Não

Por quê _____

g) Você voltaria a fazer o curso ou outros cursos desse programa?

Sim Não Por quê?

3. RESULTADOS- PRONATEC

a) Após o encerramento do curso, você:

Obteve vaga no mercado de trabalho relacionada com a área de formação do curso:

Sim Não

Obteve vaga de emprego em área diferente da formação do curso:

Sim Não

Obteve chance de promoção no seu trabalho:

Sim Não Outra opção? Qual?

b) Após o encerramento do curso, sua vida:

Melhorou em relação à educação? Sim Não

Melhorou em relação à renda? Sim Não

Melhorou em relação ao trabalho? Sim Não

Melhorou em relação à saúde? Sim Não

Melhorou em relação ao lazer? Sim Não

Melhorou em relação ao convívio social em geral? Sim Não

c) Na sua opinião, como o PRONATEC contribuiu/contribuiu para sua atuação profissional? Comente _____

Houve modificação de sua renda dentro do que esperava? Comente sua resposta.

() Sim () Não.

Comentários _____

O PRONATEC teve influência na sua vida no que diz respeito ao convívio com outras pessoas:

Na família: () Sim () Não Como?

No trabalho com colegas: () Sim () Não
Como? _____

No trabalho com o chefe: () Sim () Não
Como? _____

Quais foram as principais dificuldades que você enfrentou durante o programa PRONATEC?

Após a conclusão do curso que você fez, em relação aos estudos

() Foi orientado(a)/motivado(a) pela instituição a continuar seus estudos na área do curso que realizou - relacionado aos itinerários formativos

() Não foi orientado(a)/motivado(a) a continuar seus estudos na área do curso que realizou

h). Durante o curso:

h.1). Adquiriu o conhecimento que esperava?

() Sim () Não Porque?

h.2). Conseguiu praticar no seu trabalho o que aprendeu de técnicas profissionais no curso?

() Sim () Não se enquadra () Não Porque?

SUGESTÕES

a) Apresente sugestões gerais para os cursos PRONATEC, sobre as seguintes questões:

Duração do programa:

Atividades práticas:

Atividades teóricas:

Avaliações realizadas pelos professores:

Qualidade das aulas:

APÊNDICE D - Questionário para os docentes

DATA DO PREENCHIMENTO: __/__/2017 N°: _____

1. SOBRE O DOCENTE

Perfil:

Idade: _____ anos

b) Escolaridade: () Graduação () Especialização () Mestrado ()
Doutorado

() Pós- doutorado

c) Desde quando trabalha no IFFAR (Instituto Federal Farroupilha de Educação, Ciência e Tecnologia)? : _____ anos _____ meses

d) Qual (quais) ano (s) ministrou aulas no PRONATEC)? : _____ anos _____ meses

e) Cite no máximo três cursos, preferencialmente nas áreas mais distintas possíveis, que você

lecionou: _____

f) Tipos de curso que ministrou aulas do PRONATEC:

() Cursos FIC (formação inicial e continuada) () Cursos Técnicos () Outro.
Qual? _____

2. SOBRE O PRONATEC

a) Antes de se candidatar a uma vaga para lecionar no programa, qual o nível de conhecimento você tinha sobre o programa PRONATEC?

() Muito () Satisfatório () Pouco

b) Dentre as opções abaixo, em relação aos egressos, você acredita que o PRONATEC

consegue atender em que nível os quesitos abaixo:

***OBS:** escolha uma nota com valor inteiro. Ex: 3, 6, 7, 9.

Nível de atendimento	Intervalo da nota
Atende plenamente	de 8 a 10
Atende bastante	de 6 a 8
Atende satisfatoriamente	de 4 a 6
Atende pouco	de 2 a 4
Não atende	de 0 a 2

() Oportunidade de estudo/aperfeiçoamento técnico para o mercado de trabalho;

() Conciliação dos interesses profissionais com os objetivos do curso escolhido;

() Aumento da oportunidade de inserção no mercado de trabalho;

() Maior oportunidade de promoção no trabalho.

c) Porque você se interessou em dar aulas para os cursos do PRONATEC?

() Valor da bolsa oferecida () Melhoria do currículo () Desafio profissional

d) Você tinha conhecimento dos objetivos do programa:

() Sim () Não

e) O curso atendeu aos seus objetivos e expectativas?

() Sim () Não

f) Você acha que o PRONATEC cumpre com seus objetivos, o programa entrega o que promete?

() Sim () Não Porque?

g) Voltaria a dar aula no PRONATEC? () Sim () Não Por quê?

h) A respeito da evasão você tem algum conhecimento de alguma ação por parte da reitoria ou do campus no sentido de evitá-la?

() Sim, qual?

() Não

i) Qual (is)a(s) ação(ões) que você acredita que trariam os melhores resultados no combate à evasão?

3. RESULTADOS- PRONATEC

a) Após o encerramento do curso, você acredita que o aluno:

Obteve vaga no mercado de trabalho relacionada à área de formação do curso

() Sim () Não

Obteve vaga no mercado de trabalho não relacionada à área de formação do curso

() Sim () Não

Obteve chance de promoção no seu trabalho

() Sim () Não

Outra opção? Qual?

b) Após o encerramento do curso, você acredita que em relação à qualidade de vida, o aluno:

Melhorou em relação à educação? () Sim () Não

Melhorou em relação à renda? () Sim () Não

Melhorou em relação ao trabalho? () Sim () Não

Melhorou em relação à saúde? () Sim () Não

Melhorou em relação ao lazer? () Sim () Não

Melhorou em relação ao convívio social em geral? () Sim () Não

c) Na sua opinião, como o PRONATEC contribuiu/contribuiu para sua atuação profissional? Comente _____

d) Durante o curso quais as maiores dificuldades apresentadas pelos alunos?

() Dificuldade no aprendizado

() Não atratividade pelas aulas

() Excesso de ausências em aula

() Outra

Explique:

Após a conclusão do curso que você lecionou, você acredita que o egresso:

() Foi orientado(a)/motivado(a) pela instituição a continuar seus estudos na área do curso que realizou- relacionado aos itinerários formativos

() Não foi orientado(a)/motivado(a) a continuar seus estudos na área do curso que realizou.

Quais as dificuldades que você acredita que o aluno enfrentou para colocar em prática as técnicas profissionais aprendidas no curso?

SUGESTÕES:

Apresente sugestões gerais para os cursos PRONATEC, sobre as seguintes questões:

Duração do programa:

Atividades práticas:

Atividades teóricas:

Avaliações realizadas pelos professores:

Qualidade das aulas:

ANEXO A - Carta de Autorização Direção do IFF Panambi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

CAMPUS PANAMBI

Rua Erechim, 860 – 98280-000 – Planalto– Panambi – RS
Fone: (55) 3376 8809 /E-mail: gabinete.pb@iffarroupilha.edu.br

Of. DG. Nº194/2017– Direção Geral *Campus* Panambi/IF Farroupilha

Panambi, 07 de Julho de 2017.

Ao Senhor
Antonio Escandiel de Souza
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social - UNICRUZ
Cruz Alta/RS

Assunto: **Resposta Ofício nº 054/2017 UNICRUZ**

Senhor Coordenador,

Ao cumprimentá-lo, informamos, em resposta ao Ofício Nº 054/2017 UNICRUZ, que autorizamos Gustavo Rangel a realizar a pesquisa intitulada “IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DOS CURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA – CAMPUS PANAMBI (RS)”, no Campus Panambi do Instituto Federal Farroupilha.

Atenciosamente,


Alessandro Callai Bazzan
Diretor Geral
Portaria 1852/2016